**EDITAL DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO CONTINUADO DE 100 (CEM) LICENÇAS ANTIVÍRUS, MEDIANTE REQUISIÇÃO, COM SUPORTE E COM GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE ENDPOINTS. VALIDADE: 12 MESES.**

**01. DO PREÂMBULO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Número de ordem | PROCESSO LICITATÓRIO Nº | **32/2025** |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº | **13/2025** |
| EDITAL Nº | **13/2025** |
| UASG | **929730** |
| NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV | **90013** |

**A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA,** inscrita no CNPJ sob o número 19.038.603/0001-00**,** através de seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO, REFERENTE A CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA** **FORNECIMENTO CONTINUADO** **DE 100 (CEM) LICENÇAS ANTIVÍRUS, MEDIANTE REQUISIÇÃO, COM SUPORTE E COM GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE ENDPOINTS. VALIDADE: 12 MESES;** conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores. O objeto deste Edital será executado pelo regime de execução indireta, imediata, por preço unitário.

As servidoras Caroline de Souza Lima Paschoal ou Amanda Lima da Paixão, designadas como PREGOEIRAS pela Portaria nº 06/2025, em 03 de janeiro de 2025, serão responsáveis por processar e julgar a presente licitação, com o devido apoio da equipe de apoio, igualmente nomeada por meio do mesmo instrumento.

|  |
| --- |
| **DADOS ESSENCIAIS PREGÃO ELETRÔNICO** |
| **VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO**  | R$ 24.480,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta reais) |
| **DATA E HORÁRIO DA SESSÃO** | Em 29 de abril de 2025, às 09 horas – horário de Brasília. |
| **SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: COMPRAS GOV** | <https://www.gov.br/compras/pt-br> |
| **LINKS / SITES PARA DOWNLOAD DO EDITAL NA ÍNTEGRA** | <https://www.gov.br/compras/pt-br><https://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/><https://cmextrema-mg.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34> |
| **E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DÚVIDAS / ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÃO** | licitacaoextrema@yahoo.com.br |
| **E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DO EDITAL** | licitacaoextrema@yahoo.com.br |
| **TELEFONE SETOR DE LICITAÇÕES** | 35 3435 2623 |
| **CRITÉRIO DE JULGAMENTO** | Menor preço unitário. |
| **VALOR DO LANCE** | **R$ 10,00 (dez) reais.** |
| **MODO DE DISPUTA** | Aberto |
| **PREFERÊNCIA EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU EQUIPARADAS** | SIM |
| **LOCAL DE REALIZAÇÃO** | O objeto deste contrato deverá ser realizado na sede da Câmara Municipal de Extrema, situada na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, Extrema, MG, e em todos os seus anexos, no município de Extrema.  |
| **PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM O ANEXO IV DO EDITAL** | Em até duas horas a partir da convocação do pregoeiro no sistema. |
| **DA DATA REALIZAÇÃO** | O objeto possui regime de execução indireta, imediata, mediante requisição da CONTRATANTE, na modalidade de empreitada por preço unitário. Os produtos devem ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da A.F. (Autorização de Funcionamento). Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação. |
| AMOSTRA | NÃO será exigida. |
| VIGÊNCIA | O contrato terá como vigência inicial um período de cinco anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente (não necessariamente por igual período) até a vigência máxima de dez anos. |
| RENOVAÇÃO | O contrato terá como vigência inicial um período de cinco anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente (não necessariamente por igual período) até a vigência máxima de dez anos. |
| ÍNDICE DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS | O reajustamento de preços será baseado no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou em qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo. A data-base para o reajuste será a data de elaboração do orçamento estimado. |
| PONTO DE DESTAQUE | **Os itens descritos no portal COMPRASGOV CATMAT/CATSERV são apenas para operacionalização do pregão.** |
| DIVERGÊNCIAS CATMAT/CATSERV | **Em caso de divergências na descrição do objeto entre o Portal COMPRASGOV (CATMAT/CATSERV) e o Termo de Referência, assim como no edital e em seus demais anexos, a especificação contida no Termo de Referência, no próprio edital e em seus anexos assume primazia absoluta. Essa determinação vigorará em todas as circunstâncias, garantindo a coerência e a integridade das diretrizes estabelecidas para o processo licitatório.** |

**02. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**02.01.** **Contratação exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas para: Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento continuado de 100 (cem) licenças antivírus, mediante requisição, com suporte e com gerenciamento centralizado de endpoints. Validade: 12 meses.

**03. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**03.01** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será DESCLASSIFICADO e estará sujeito às sanções previstas na legislação.

**03.02** Todos os documentos deste Edital são complementares entre si. Caso haja alguma omissão em um pode ser complementado por outro desde que descrito no próprio edital ou anexo deste, sem que haja conflito de interesse.

**03.03** Admissibilidade da Assinatura Digital: Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

**03.03.01** Responsável pela Assinatura: A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

**03.03.02** Validade e Conformidade: A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

**03.03.03** A quantidade é estimada de consumo anual, portanto, a Administração não está obrigada ao consumo total estimado.

**03.03.04** A data de vigência do contrato será a data consignada na última cláusula do instrumento a ser firmado, a qual será considerada como a data-base para todos os efeitos do presente contrato. Essa data será válida e eficaz independentemente de o contrato ter sido assinado por meio de assinatura digital ou física, prevalecendo como marco para o início da contagem de prazos, obrigações e demais efeitos decorrentes do ajuste.

**03.04** Considerando a necessidade contínua de fornecimento dos produtos a vigência inicial do contrato será de cinco anos, contados a partir da data de sua assinatura, tendo em vista a necessidade de estabelecer um prazo suficiente para a execução das atividades previstas, permitindo que o objeto do contrato seja realizado de forma eficaz e em conformidade com os interesses da CONTRATANTE. A possibilidade de prorrogação sucessiva, não necessariamente por igual período, até o limite máximo de dez anos, visa garantir a continuidade das atividades ou serviços contratados, de forma que a CONTRATANTE possa assegurar a regularidade da execução, adaptando-se a eventuais necessidades ou circunstâncias ao longo do tempo. Tal flexibilidade contribui para a estabilidade do contrato e evita a necessidade de novos processos licitatórios, proporcionando eficiência na gestão administrativa e financeira.

Assim, a renovação do contrato dentro do prazo estipulado está em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e com as necessidades de continuidade e eficiência dos serviços públicos.

**04. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

04.01**.** As despesas advindas do fornecimento do objeto desta licitação correrão por conta do crédito orçamentário sob a classificação funcional programática e categorias econômica estimada abaixo discriminada:

A contratação será atendida pela seguinte dotação: 3.3.90.30.99 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO – P.J. Ficha 16.

**05. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.6 É admitida a participação de empresas constituídas em consórcio, que deverão atender às condições previstas no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à ampliação da competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.6. **Não poderão disputar esta licitação:**

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.7.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.7.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.7.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.7.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.7.5. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.7.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O impedimento de que trata o item 5.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.7.2 e 5.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.11. O disposto nos itens 5.7.2 e 5.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.13. A vedação de que trata o item 5.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**06. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/ E DE SUA FASE/ DA PROPOSTA**

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.16. Durante a fase do Pregão Eletrônico, toda e qualquer correspondência entre os participantes e a Administração Pública deverá ser realizada exclusivamente por meio do sistema ComprasGov. Isso inclui, mas não se limita a respostas a pedidos de diligência, envio de documentos, solicitações de esclarecimentos e quaisquer outras comunicações pertinentes ao processo. Não serão consideradas válidas as comunicações realizadas por outros meios, sendo obrigatória a utilização do sistema ComprasGov para garantir a transparência e o cumprimento das disposições do presente edital.

6.16 **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

c) Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;

d) Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;

e) Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;

f) Prova de regularidade de Débitos da Fazenda Municipal (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

Observação.: **As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.**

**I – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

**6.17** **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

6.17.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.17.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para ﬁns de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou certificados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.17.3 É permitida a participação de empresas em consórcio.

6.17.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

6.17.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.17.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, as declarações.

6.17.07 Não será exigida visita técnica para execução do objeto desse edital.

6.17.08 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail licitacaoextrema@yahoo.com.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.17.09 A habilitação será verificada por meio dos documentos enviados no sistema em conformidade com os documentos solicitados e enviados.

6.17.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.17.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.17.12 A não observância do disposto no item 6.17.11 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.17.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.17.14 **É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo inicial.**

6.17.15 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.17.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.17.17 Relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.17.18 **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, artigo 64):**

1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.17.19 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão registrada no chat do sistema, acessível a todos, atribuindo-lhes eﬁcácia para fins de habilitação e classificação.

6.17.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.17.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.17.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

6.17.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DA SUA FASE**

7.1. O licitante **DEVERÁ** enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos, com duas casas decimais.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, bem como a entrega do bem e/ou realização dos serviços na sede da Câmara Municipal de Extrema ou local indicado no município de Extrema.

7.4. **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 120 (cento e vinte) dias.

7.9.1 O prazo de 120 dias reflete um intervalo razoável para que a Administração tenha tempo suficiente para analisar a proposta, realizar diligências, eventualmente esclarecer pontos ou corrigir falhas, sem prejudicar a competitividade do certame. O prazo de 120 dias, portanto, não apenas observa as necessidades do processo licitatório, mas também assegura que os licitantes não sejam prejudicados por exigências desproporcionais. Ao manter esse prazo em 120 dias, independentemente de eventual transcrição de prazos menores por parte dos licitantes, está-se resguardando a estabilidade das propostas e a previsibilidade dos processos administrativos. A flexibilidade para que o prazo seja maior, caso o licitante estipule prazo superior, reforça a transparência e a competitividade, sem desvirtuar o interesse público.

7.9.1.1 O licitante deverá garantir a entrega dos itens e/ou a execução do objeto.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas.

7.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

7.10.2 Não sendo oferecida garantia expressa na proposta de preços, a mesma será de doze meses para todos os efeitos. A finalização da vigência contratual não se confunde com a vigência da garantia. Essa não se extingue com a vigência contratual.

7.10.3 **A proposta adequada ao preço final deverá ser redigida preferencialmente no modelo deste edital, preenchida com todos os dados solicitados; redigida em Língua Portuguesa e com duas casas decimais.**

7.11 SE **DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR A SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, PROPORCIONAL, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTE EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

**7.12 Itens cuja marca e modelo sejam imprescindíveis é obrigatório o preenchimento em campo próprio sob pena de desclassificação.**

**8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$10,00 (dez reais).

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.22.2.2. empresas brasileiras;

8.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, PROPORCIONAL, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTE EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

8.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, inclusive para fazer diligências, inclusive na fase de habilitação também, desde que solicitado pelo licitante antes do término inicial concedido. Toda prorrogação e comunicação deverá ocorrer via sistema. Em nenhuma hipótese será aceito o envio de documentação pertinente à fase de propostas e habilitação via e-mail. Assim como qualquer pedido de prorrogação por parte da licitante deverá ocorrer via sistema.

8.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.25 O **licitante** ou o **contratado** será responsabilizado administrativamente pela seguinte infração, nos termos do Inciso V do artigo 155 da Lei 14.133/2021: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

**9. DA FASE DE JULGAMENTO**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e demais itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

d) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. contiver vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

9.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, e, se for o caso de desconto, de forma linear em todos os itens de forma igualitária.

9.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

9.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

9.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

9.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

9.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá́ ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. **DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura do ato.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. **A INTENÇÃO DE RECORRER DEVERÁ SER MANIFESTADA IMEDIATAMENTE, SOB PENA DE PRECLUSÃO;**

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados e permanecerão sempre abertos ao contraditório e ampla defesa.

1. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1,11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacaoextrema@yahoo.com.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**13. DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DA VIGÊNCIA**

13.1 **Vigência:** O contrato terá como vigência inicial um período de cinco anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente (não necessariamente por igual período) até a vigência máxima de dez anos.

13.2 **Renovação:** O contrato terá como vigência inicial um período de cinco anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente (não necessariamente por igual período) até a vigência máxima de dez anos.

13.3 **Índice de atualização:** O reajustamento de preços será baseado no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou em qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo. A data-base para o reajuste será a data de elaboração do orçamento estimado.

1. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
	1. **O objeto é de execução indireta, empreitada por preço unitário, execução imediata.**
	2. A execução imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.)
	3. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
	4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
	5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
	6. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
	7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
	8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
	9. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
	10. O objeto possui regime de execução indireta, mediante requisição da CONTRATANTE, na modalidade de empreitada por preço unitário. Os produtos devem ser iniciados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da A.F. (Autorização de Fornecimento). Caso a execução não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.
2. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
	1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
	2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
	3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
	4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
	5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente~~,~~ o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
	6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
	7. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
	8. O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
		1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
		2. O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
		3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
		4. O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
	9. O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
		1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
	10. O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
		1. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
		2. O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
		3. O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
		4. O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
	11. O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
	12. O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e fiscalizados pela servidora Tamara Martiniuk, designada para esta função como Gestora de Contratos, e fiscalizado pela servidor Carlo Alberto Cláudio, designado como Fiscal de Contratos, ou por qualquer outro servidor que venha a substituí-los, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los de informações pertinentes a esta atribuição.
	13. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
	14. A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.
	15. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
	16. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
4. Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;
5. Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
6. Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
7. Prova de regularidade de Débitos da Fazenda Municipal (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
8. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.
9. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**Recebimento**

* 1. O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e executado nas condições estabelecidas.
	2. No caso de controvérsia sobre a entrega / execução do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.
	3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

* 1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
		1. O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.
	2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
1. a data da emissão;
2. os dados do contrato e do órgão contratante;
3. o período respectivo de execução do contrato;
4. o valor a pagar; e
5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
	1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
	2. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
	3. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
	4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
	5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
	6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

* 1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
	2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

Forma de pagamento

* 1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.
	2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
		1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
	3. O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.
	4. Não será admitida a antecipação de pagamento.
1. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgado o julgamento, a adjudicação e a homologação dos resultados da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.11. O licitante deve estar ciente de que, para participar do processo de licitação ou ser contratado, apenas os documentos e informações que contenham dados pessoais e da pessoa jurídica exigidos por força da Lei serão solicitados. Os dados obtidos serão incorporados ao processo administrativo e utilizados na elaboração de contratos, empenhos, pagamentos e todas as atividades necessárias para garantir a perfeita execução e pagamento do objeto. É importante ressaltar que os contratos celebrados pela Câmara Municipal de Extrema são integralmente divulgados no Portal de Transparência, assim como todos os demais atos relacionados ao processo, que também são publicados nos sites oficiais e na imprensa oficial.

16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

|  |  |
| --- | --- |
| ANEXO I | ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES |
| ANEXO II  | MAPA DE RISCO |
| ANEXO III | TERMO DE REFERÊNCIA |
| ANEXO IV | PROPOSTA DE PREÇOS |
| ANEXO V | PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS). |
|  ANEXO VI | MINUTA DO CONTRATO |

Extrema, MG, 03 de abril de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA**

**PRESIDENTE**

**ANEXO I -** **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**PROCESSO NÚMERO 32/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO NÚMERO 13/2025**

**OBJETO: Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento continuado de 100 (cem) licenças antivírus, mediante requisição, com suporte e com gerenciamento centralizado de endpoints. Validade: 12 meses.

**INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A contratação exclusiva de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou empresas equiparadas tem como objetivo o fornecimento contínuo de 100 (cem) licenças de antivírus, de forma que o fornecimento será realizado conforme a demanda da contratante, por meio de requisições específicas, com suporte técnico e com gerenciamento centralizado de endpoints. A duração da contratação será de 12 meses, com o intuito de garantir a proteção constante das máquinas e sistemas da contratante contra ameaças cibernéticas.

A necessidade dessa contratação visa assegurar a segurança digital da instituição, proporcionando um controle eficiente e seguro dos equipamentos da rede. O gerenciamento centralizado permitirá a administração e monitoramento em tempo real, facilitando a resposta a incidentes de segurança e garantindo a conformidade com as políticas de segurança estabelecidas.

Além disso, a prestação do serviço de suporte técnico contínuo será fundamental para a resolução de eventuais problemas ou falhas, garantindo a eficácia do antivírus e a continuidade das operações de forma segura.

A escolha por contratar uma ME, EPP ou empresa equiparada visa apoiar o desenvolvimento de pequenos negócios, conforme as disposições legais que incentivam a participação dessas empresas em processos licitatórios, promovendo a competitividade e a diversificação nas opções de fornecedores.

**2 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2.024 e também no ComprasGov. LINHA 656.

1. **– REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3. 1 SEGURANÇA PARA ESTAÇÕES DE TRABALHO E SERVIDORES:

a) Console central única de gerenciamento: Oferece uma console centralizada para gerenciamento de endpoints.

b) Capacidade de remoção do software de antivírus já instalado e instalação remota: Permite desinstalar soluções de segurança existentes e instalar remotamente a aplicação.

c) Proteção contra ransomware e exploits: Inclui módulos de proteção específicos contra ransomware e exploits.

d) Antiphishing e filtragem de segurança na web: Possui recursos de antiphishing e controle de conteúdo para navegação segura.

e) Vacina Anti Ransomware: Disponibiliza ferramentas para prevenção proativa contra ransomware.

f) Controle de Dispositivos, Aplicativos e Conteúdo: Oferece controle sobre dispositivos externos, aplicativos e conteúdo acessado.

g) Anti-Exploit Avançado: Fornece proteção avançada contra exploits.

h) Automação da Remediação de Ameaça e Resposta: Automatiza processos de remediação e resposta a ameaças.

i) Proteção contra ameaças da Web: Inclui funcionalidades para proteção contra ameaças online.

j) Antimalware com aprendizado de máquinas (Machine Learning): Utiliza técnicas de machine learning para detecção de malwares.

k) Detecção antiexploit avançada: Oferece detecção aprimorada contra exploits.

**3.2 CONSOLE DE GERENCIAMENTO:**

a) Disponibilizado como appliance virtual ou gerenciamento na nuvem: Disponível tanto em formato de appliance virtual quanto como serviço na nuvem.

b) Suporte para VMWare, Citrix, Microsoft Hyper-V e outros: Compatível com diversas plataformas de virtualização.

c) Instalação remota via console WEB: Permite instalação remota através da console web.

d) Balanceamento de carga e alta disponibilidade: Suporta balanceamento de carga e configurações de alta disponibilidade.

e) Interface e relatórios em português: Disponibiliza interface e relatórios no idioma português.

f) Console Local e em Nuvem: Oferece opções de gerenciamento local e em nuvem.

g) Gerenciamento de Risco (Somente console Cloud): Inclui funcionalidades de gerenciamento de risco na console em nuvem.

**3.3** **GERENCIAMENTO E RELATÓRIOS:**

a) Arquitetura simples de atualização: Facilita o processo de atualização do sistema.

b) Notificações automáticas para administradores: Envia alertas automáticos para administradores.

c) Relatórios configuráveis e exportáveis em PDF/CSV: Permite a personalização e exportação de relatórios em formatos como PDF e CSV.

d) Integração com Active Directory e servidores de virtualização: Integra-se com Active Directory e diversas plataformas de virtualização.

e) Análise Forense: Fornece ferramentas para análise forense de incidentes.

f) Regras por localização e por usuário (Somente console local): Permite a definição de políticas baseadas em localização e usuário na console local.

g) Licenciamento em Bundle: Oferece opções de licenciamento agrupado.

**3.4 PROTEÇÃO E QUARENTENA:**

a) Restauração remota de arquivos isolados: Possibilita a restauração remota de arquivos em quarentena.

b) Escaneamento de mídias removíveis: Realiza verificações em dispositivos de mídia removível.

c) Controle de dispositivos USB, Bluetooth, redes sem fio e outros periféricos: Gerencia o acesso a dispositivos e conexões periféricas.

d) Criptografia total de disco (add-on): Disponibiliza criptografia completa de disco como complemento.

e) Gerenciamento de Patch (add-on): Oferece gerenciamento de patches como funcionalidade adicional.

**3.5** **REQUISITOS MÍNIMOS DE COMPATIBILIDADE:**

a) Windows 7, 10, 11 (32 e 64 bits): Compatível com estas versões do Windows.

b) Windows Server 2008 R2 ou superior: Suporta versões do Windows Server a partir de 2008 R2.

c) Distribuições Linux como Ubuntu, Red Hat, CentOS, Debian: Compatível com várias distribuições Linux.

d) Plataformas de virtualização como VMware, Hyper-V, Citrix, Oracle VM: Suporta diversas plataformas de virtualização.

**3.6 SUPORTE:**

a) Suporte técnico especializado 24/7: Oferece suporte técnico especializado 24 horas por dia, 7 dias por semana.

1. **Fornecimento das Licenças de Antivírus:**
	1. A empresa contratada deverá fornecer 100 (cem) licenças de antivírus, com a possibilidade de requisição conforme a demanda da contratante.
	2. As licenças devem ser válidas por 12 meses a partir da data de fornecimento e serão renovadas conforme a necessidade, respeitando a vigência do contrato.
2. **Suporte Técnico:**
	1. O fornecedor deverá fornecer suporte técnico contínuo, que incluirá a resolução de problemas relacionados ao software antivírus, atualização de definições de vírus, remediação de falhas, e outras necessidades relacionadas ao funcionamento adequado do antivírus.
	2. O suporte deverá ser oferecido durante todo o período de validade do contrato e deve estar disponível para atendimento remoto e, se necessário, presencial.
3. **Gerenciamento Centralizado de Endpoints:**
	1. O fornecedor deverá disponibilizar uma plataforma de gerenciamento centralizado para monitoramento e controle dos endpoints (computadores e dispositivos conectados à rede da contratante).
	2. A plataforma deverá permitir o gerenciamento remoto das licenças, atualizações automáticas, configurações de segurança, e a visualização em tempo real do status da proteção em todos os endpoints.
	3. Deverá ser possível realizar a geração de relatórios detalhados sobre o estado de segurança dos sistemas e a identificação de ameaças, bem como a resposta imediata a incidentes de segurança.
4. **Capacidade de Suporte a Diferentes Sistemas Operacionais:**
	1. O antivírus fornecido deverá ser compatível com as principais versões de sistemas operacionais utilizados pela contratante, incluindo, mas não se limitando a, Windows, Linux e macOS, garantindo a proteção de todos os dispositivos da rede.
5. **Atualizações e Manutenções:**
	1. A contratada deverá garantir que o antivírus fornecido esteja sempre atualizado, com as últimas definições de vírus e correções de segurança, sem custo adicional para a contratante.
	2. O antivírus deverá ser capaz de realizar atualizações automáticas para garantir a proteção contínua contra novas ameaças cibernéticas.
6. **Garantia de Qualidade:**
	1. A empresa contratada deverá assegurar que o antivírus fornecido tenha alta taxa de detecção de ameaças, baixo impacto no desempenho dos sistemas, e que seja reconhecido por sua eficácia no mercado.
	2. A contratada deverá comprovar que o antivírus atende às normas e regulamentações de segurança cibernética vigentes.
7. **Capacidade de Expansão:**
	1. A solução proposta deve permitir a expansão do número de licenças e a ampliação do gerenciamento centralizado de endpoints, caso a contratante precise adicionar mais dispositivos durante o período de validade do contrato.
8. **Atendimento a Normas e Regulamentações:**
	1. A empresa contratada deve garantir que a solução antivírus e os serviços de suporte estejam em conformidade com as regulamentações de segurança da informação e proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando aplicável.
9. **Treinamento e Capacitação:**
	1. A contratada poderá ser solicitada a fornecer treinamentos periódicos aos usuários da contratante, visando garantir que todos saibam como utilizar adequadamente o antivírus e compreender as práticas de segurança recomendadas.
10. **Responsabilidade sobre a Infraestrutura de Suporte:**
11. A contratada deverá garantir que toda a infraestrutura necessária para oferecer o suporte técnico e o gerenciamento centralizado seja adequadamente mantida, sem que haja interrupções no serviço.

Esses requisitos visam garantir que a contratante tenha uma solução eficaz e contínua para a proteção contra ameaças cibernéticas, com a garantia de que o antivírus, suporte e gerenciamento dos dispositivos estarão adequadamente cobertos ao longo do período de validade do contrato.

**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ**/MF;
2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
3. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
4. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
5. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
6. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

**IV – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
2. Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

**4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.**

As quantidades de serviços a serem contratadas estão estabelecidas na tabela abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **VALOR UNIT.** | **QUANT.****ESTIMADA****ANUAL** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | **Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento continuado de 100 (cem) licenças antivírus, mediante requisição, com suporte e com gerenciamento centralizado de endpoints. Validade: 12 meses. | R$ 244,80 | 100 unidades com validade de 12 meses | R$ 24.480,00 |

**Contratações correlatas e/ou interdependentes:** Atualmente a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato para esse objeto.

**5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (Prospecção e Análise das Alternativas Possíveis) e JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA**

Diante da planilha orçamentária apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados para todos os serviços que serão aplicados na contratação. Esses valores servirão como referência para estabelecer o limite máximo aceitável, com base na mencionada planilha.

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

**Justificativa Técnica:**

A escolha pela contratação de licenças de antivírus com suporte contínuo e gerenciamento centralizado de endpoints é fundamental para garantir a proteção eficaz contra as crescentes ameaças cibernéticas, que são uma preocupação constante para a segurança da informação em qualquer instituição. A adoção dessa solução oferece uma série de vantagens técnicas que atendem às necessidades de segurança da contratante, conforme descrito a seguir:

1. **Proteção Abrangente e Contínua:** O antivírus contratado oferecerá uma proteção contínua, atualizada e em tempo real contra vírus, malwares, ransomwares e outras ameaças cibernéticas. A atualização automática das definições de vírus e o suporte técnico contínuo garantem que a contratante estará sempre protegida contra novas ameaças, sem necessidade de intervenção manual.
2. **Gerenciamento Centralizado:** O gerenciamento centralizado dos endpoints é uma ferramenta crucial para a administração eficiente da segurança de todos os dispositivos conectados à rede corporativa. Com essa solução, será possível monitorar, controlar e gerenciar todas as licenças e dispositivos de forma centralizada, facilitando a aplicação de políticas de segurança e a identificação rápida de vulnerabilidades ou incidentes.
3. **Escalabilidade e Flexibilidade:** A solução proposta é escalável, permitindo a adição de novos dispositivos e licenças conforme a necessidade da contratante ao longo do período de validade do contrato. Isso proporciona flexibilidade para acompanhar o crescimento da organização e a evolução das necessidades de segurança sem a necessidade de adquirir novas soluções a cada aumento na demanda.
4. **Compatibilidade com Diversos Sistemas Operacionais:** A solução antivírus será compatível com diferentes sistemas operacionais (Windows, macOS, Linux, etc.), o que é essencial para a diversidade de dispositivos que a contratante utiliza em sua infraestrutura. Dessa forma, todos os endpoints estarão protegidos, independentemente do sistema operacional em uso.
5. **Suporte Técnico Especializado:** A disponibilização de suporte técnico especializado é essencial para resolver problemas técnicos, realizar ajustes necessários na plataforma de antivírus, e garantir o bom funcionamento da solução de segurança durante toda a sua vigência. O suporte contínuo assegura que a contratante tenha acesso rápido a soluções eficazes em caso de incidentes ou falhas.

**Justificativa Econômica:**

Do ponto de vista econômico, a escolha de contratar uma Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou empresa equiparada oferece diversas vantagens que visam a eficiência financeira e a promoção do desenvolvimento econômico local:

1. **Competitividade e Melhores Preços:** Empresas de pequeno porte tendem a oferecer soluções mais competitivas, com preços geralmente mais acessíveis em comparação a grandes fornecedores, sem comprometer a qualidade do serviço. Isso permite à contratante otimizar o uso de recursos financeiros, com uma solução de segurança eficaz, mas com um custo-benefício favorável.
2. **Redução de Custos Operacionais:** A solução de antivírus com suporte técnico contínuo e gerenciamento centralizado contribui para a redução de custos operacionais, pois minimiza a necessidade de interventores externos e reduz o tempo de inatividade dos sistemas, que poderia ocorrer devido à falta de proteção ou falhas no antivírus. O gerenciamento centralizado facilita a administração dos dispositivos, diminuindo o esforço administrativo e os custos associados.
3. **Investimento em Soluções Escaláveis:** A contratação de uma solução escalável permite à contratante expandir o serviço conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de realizar novos investimentos substanciais a cada aumento de demanda. A flexibilidade de licenciamento também facilita o planejamento orçamentário, com a possibilidade de ajustar os custos conforme o crescimento da organização.
4. **Valorização do Pequeno Negócio:** A escolha de uma ME, EPP ou empresa equiparada também contribui para a valorização de pequenos negócios, promovendo a inclusão dessas empresas em processos licitatórios. Além disso, ao apoiar o desenvolvimento de pequenos empreendimentos, a contratante alinha-se a práticas de responsabilidade social e incentivo ao empreendedorismo local, o que pode gerar um impacto positivo no ambiente econômico da região.
5. **Minimização de Riscos Financeiros a Longo Prazo:** A contratação de uma solução de segurança robusta e contínua garante a redução de riscos financeiros a longo prazo, evitando danos relacionados a incidentes de segurança como ataques de ransomware ou perda de dados sensíveis, que podem ter custos financeiros muito elevados. Investir em uma solução de segurança preventiva é, portanto, uma estratégia para proteger os recursos financeiros da contratante e garantir a continuidade das operações.

**Conclusão:**

A escolha pela contratação de 100 (cem) licenças de antivírus com suporte contínuo e gerenciamento centralizado de endpoints é, portanto, justificada tanto técnica quanto economicamente. A solução garante uma proteção eficaz e contínua contra ameaças cibernéticas, enquanto oferece uma gestão eficiente e um custo-benefício favorável, com a possibilidade de expansão conforme a demanda. Além disso, ao optar por uma ME, EPP ou empresa equiparada, a contratante contribui para a promoção do empreendedorismo local e para a geração de um ambiente de negócios mais competitivo e sustentável.

* 1. **INDICAÇÃO DE DIFERENTES SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO (CONSIDERANDO, AINDA, O CICLO DE VIDA DO OBJETO)**

No mercado atual, existem diversas soluções antivírus que atendem às necessidades de proteção contra ameaças cibernéticas, com características específicas para garantir segurança, escalabilidade e facilidade de gerenciamento. A escolha da melhor solução depende de fatores como a natureza da infraestrutura de TI da contratante, as necessidades de segurança e o orçamento disponível, além da capacidade de adaptação da solução ao ciclo de vida do objeto, que inclui a instalação, operação, manutenção e atualização contínua durante o período contratual.

A seguir, são indicadas algumas das principais soluções de antivírus e suas características, levando em consideração a durabilidade, as atualizações e a escalabilidade ao longo do ciclo de vida do contrato de 12 meses.

**1. Soluções de Antivírus de Mercado Reconhecido:**

a) Symantec Endpoint Protection (SEP):

Características: O Symantec Endpoint Protection é uma das soluções mais conhecidas no mercado, oferecendo proteção contra vírus, malware, spyware e ransomware. Além disso, possui um gerenciamento centralizado robusto que permite à contratante monitorar e proteger todos os endpoints de maneira eficiente.

Ciclo de Vida: A solução oferece atualizações constantes de definições de vírus e melhorias no software. Ela é escalável, o que permite que novos dispositivos sejam adicionados durante o ciclo de vida do contrato.

Pontos Positivos: Alta taxa de detecção de ameaças, gestão centralizada eficiente, fácil integração em ambientes corporativos.

Pontos Negativos: Pode exigir mais recursos do sistema e apresentar maior impacto no desempenho de dispositivos mais antigos.

b) Kaspersky Endpoint Security:

Características: A Kaspersky é amplamente reconhecida por sua alta taxa de detecção de ameaças, oferecendo um antivírus de ponta para proteger sistemas e redes de empresas de todos os portes. Ela também oferece gerenciamento centralizado e a capacidade de gerenciar a segurança de endpoints de maneira flexível.

Ciclo de Vida: Kaspersky oferece atualizações automáticas e gerenciamento de vulnerabilidades, mantendo a solução sempre atualizada e eficiente durante todo o ciclo de vida do contrato.

Pontos Positivos: Excelente detecção de malware, boa performance, recursos avançados de controle de dispositivos e firewall.

Pontos Negativos: Licenciamento por dispositivo, o que pode gerar custos mais elevados conforme a quantidade de endpoints aumenta.

c) Trend Micro Apex One:

Características: Esta solução oferece proteção contra uma variedade de ameaças, incluindo vírus, ransomware, e outras ameaças avançadas. A plataforma também inclui gerenciamento centralizado, permitindo um controle completo da segurança de todos os dispositivos da rede.

Ciclo de Vida: Oferece atualizações automáticas, e sua arquitetura flexível permite que seja facilmente adaptada à medida que novos dispositivos ou ameaças surjam ao longo do tempo.

Pontos Positivos: Detecção avançada de ameaças, baixos requisitos de hardware, facilidade de implementação e gerenciamento.

Pontos Negativos: A interface de gerenciamento pode ser mais complexa para usuários sem muita experiência.

d) Bitdefender GravityZone:

Características: O Bitdefender GravityZone é uma solução de segurança corporativa robusta, projetada para proteção contra uma ampla gama de ameaças cibernéticas, com gerenciamento centralizado e um desempenho otimizado. É especialmente eficaz em ambientes híbridos e em nuvem.

Ciclo de Vida: Oferece atualizações contínuas de definições e novas funcionalidades, permitindo que a solução se mantenha eficaz durante todo o ciclo de vida do contrato de 12 meses.

Pontos Positivos: Alta performance, excelente taxa de detecção de ameaças, fácil escalabilidade.

Pontos Negativos: O custo pode ser um pouco mais elevado em comparação com algumas alternativas.

**2. Soluções Mais Econômicas:**

a) Avast Business Antivirus:

Características: O Avast é uma opção mais acessível, ideal para pequenas e médias empresas. Oferece proteção contra vírus, ransomware e outras ameaças cibernéticas, com recursos básicos de gerenciamento centralizado.

Ciclo de Vida: As atualizações de definições e do próprio software são automáticas, garantindo que a proteção seja mantida ao longo do ciclo de vida do contrato.

Pontos Positivos: Custo-benefício, fácil de implementar e usar, boa proteção básica.

Pontos Negativos: Pode não oferecer funcionalidades tão avançadas de gerenciamento e proteção contra ameaças mais sofisticadas.

b) ESET NOD32 Endpoint Protection:

Características: ESET oferece uma proteção eficaz e leve para empresas que buscam uma solução de baixo custo, com alta taxa de detecção de ameaças, proteção contra malwares e gerenciamento centralizado para monitoramento dos endpoints.

Ciclo de Vida: O ESET oferece atualizações automáticas, com foco em garantir que as definições de vírus e o software estejam sempre atualizados e eficazes.

Pontos Positivos: Desempenho leve e de baixo impacto nos sistemas, excelente proteção contra ameaças conhecidas, fácil gerenciamento.

Pontos Negativos: Menos recursos avançados em comparação com soluções mais caras e complexas.

3. Soluções Baseadas em Nuvem:

a) Microsoft Defender for Endpoint:

Características: Integrado nativamente ao ecossistema Microsoft, o Defender oferece uma solução de segurança robusta para empresas que utilizam principalmente sistemas Windows e serviços em nuvem. Possui gerenciamento centralizado e proteção contra uma ampla gama de ameaças.

Ciclo de Vida: Como uma solução baseada em nuvem, o Defender for Endpoint oferece atualizações automáticas, garantindo a proteção contínua sem interrupções. A solução é escalável e se adapta conforme as necessidades da organização.

Pontos Positivos: Integração perfeita com o ambiente Microsoft, gerenciamento centralizado em nuvem, baixo custo de manutenção.

Pontos Negativos: Menos compatibilidade com sistemas fora do ecossistema Microsoft, pode ser menos eficaz em ambientes heterogêneos.

b) CrowdStrike Falcon:

Características: A solução CrowdStrike Falcon é uma das mais avançadas do mercado, oferecendo proteção contra ameaças de próxima geração, como ataques de ransomware e ameaças persistentes avançadas (APT). A plataforma oferece gerenciamento centralizado e é totalmente baseada em nuvem.

Ciclo de Vida: A plataforma é projetada para fornecer atualizações contínuas e automáticas, mantendo a proteção do ambiente de TI sempre atualizada e eficaz durante todo o ciclo de vida do contrato.

Pontos Positivos: Alta detecção de ameaças, escalabilidade, integração com serviços em nuvem, baixo impacto no desempenho.

Pontos Negativos: Custo elevado, adequado mais para grandes empresas ou organizações com necessidades de segurança avançadas.

Considerações Finais:

Ao longo do ciclo de vida do contrato de 12 meses, é fundamental garantir que a solução antivírus escolhida seja capaz de se adaptar às mudanças no ambiente de TI, oferecer suporte técnico contínuo e manter-se eficaz com atualizações regulares. Para garantir uma proteção robusta e eficaz, a escolha da solução deve ser alinhada com a infraestrutura da contratante, a capacidade de escalabilidade e as exigências de segurança.

Além disso, considerando o custo-benefício e a evolução das necessidades ao longo do tempo, é importante que a solução escolhida ofereça flexibilidade, facilidade de gerenciamento centralizado e uma boa relação custo-benefício, especialmente no caso de pequenas e médias empresas que buscam otimizar seus investimentos em segurança cibernética.

**7 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação está relacionado na planilha abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MEDIANA VALOR UNIT.** | **QUANT.****ESTIMADA** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | **Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento continuado de 100 (cem) licenças antivírus, mediante requisição, com suporte e com gerenciamento centralizado de endpoints. Validade: 12 meses. | R$ 244,80 | 100 unidades | R$ 24.480,00 |

As memórias de cálculo e os documentos que as fundamentam estão detalhados na **análise crítica dos dados coletados.**

**8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

A solução contratada visa garantir a proteção contínua e eficaz contra ameaças cibernéticas para a contratante, através do fornecimento de 100 (cem) licenças de antivírus, com suporte técnico contínuo e gerenciamento centralizado dos endpoints (dispositivos conectados à rede da contratante). A solução será fornecida de forma escalável, com a possibilidade de requisição conforme a demanda e com um ciclo de vida de 12 meses. A seguir, detalham-se os componentes da solução e as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

1. **Licenciamento de Antivírus:**

A solução consiste no fornecimento de 100 (cem) licenças de antivírus, com a possibilidade de fornecimento adicional conforme a necessidade durante a vigência do contrato, em caso de ampliação do número de dispositivos. Cada licença será válida por 12 meses e proporcionará proteção contra uma variedade de ameaças cibernéticas, como vírus, malwares, ransomware, spyware e outras formas de software malicioso.

O antivírus contratado deverá ser compatível com diferentes sistemas operacionais, incluindo, mas não se limitando a, Windows, macOS e Linux, garantindo a proteção de todos os endpoints na rede da contratante.

**2. Gerenciamento Centralizado:**

A solução incluirá um sistema de gerenciamento centralizado de endpoints, permitindo que a contratante administre e monitore todos os dispositivos conectados à sua rede de forma eficiente. Esse gerenciamento centralizado oferecerá as seguintes funcionalidades:

* **Monitoramento em Tempo Real:** Acompanhar o status de segurança dos dispositivos em tempo real, identificando ameaças e vulnerabilidades.
* **Atualizações Automáticas:** Garantir que todas as definições de vírus, patches de segurança e atualizações do software antivírus sejam feitas automaticamente em todos os endpoints, sem a necessidade de intervenção manual.
* **Relatórios Detalhados:** Gerar relatórios sobre a eficácia da proteção, status das atualizações, alertas de segurança e histórico de incidentes.
* **Políticas de Segurança:** Configuração e implementação de políticas de segurança específicas para diferentes grupos de dispositivos ou usuários, como regras para navegação segura, proteção contra downloads maliciosos e bloqueio de conteúdo indesejado.

**3. Suporte Técnico e Assistência:**

A solução contratada inclui o fornecimento de suporte técnico contínuo, com atendimento especializado para resolver problemas técnicos relacionados ao antivírus, incluindo falhas no funcionamento, atualizações, instalação e configurações do software. O suporte técnico será prestado durante o período de validade do contrato, e deverá atender aos seguintes requisitos:

* **Disponibilidade:** O suporte técnico deverá estar disponível durante o horário comercial, com opção de atendimento emergencial fora do horário comercial, caso necessário.
* **Meios de Contato:** O atendimento deve ser feito por múltiplos canais, como telefone, e-mail e chat, garantindo agilidade e acessibilidade.
* **Resolução de Incidentes:** O suporte técnico deverá ser capaz de resolver incidentes relacionados à instalação, atualização, configuração, e remoção de ameaças detectadas, com prazos definidos para resposta e solução de problemas. A contratada deverá fornecer uma linha de atendimento dedicada para incidentes de segurança graves, como infecções de ransomware ou outros ataques cibernéticos.
* **Atendimento Remoto e Presencial:** Quando necessário, o suporte técnico poderá ser realizado remotamente, por meio de ferramentas de acesso remoto, ou presencialmente, em caso de falhas mais complexas que necessitem de diagnóstico no local.
* **Acompanhamento de Incidentes:** A contratada deverá manter um sistema de acompanhamento de incidentes, no qual a contratante poderá verificar o andamento de chamados, status de resolução e histórico de atendimentos.

**4. Manutenção e Atualizações:**

A manutenção da solução deverá ser realizada de forma contínua, com foco na atualização regular do antivírus e no monitoramento de sua eficácia ao longo do tempo. As exigências de manutenção incluem:

* **Atualizações de Software:** O antivírus deverá ser atualizado regularmente com as últimas versões do software, incluindo melhorias de desempenho e correções de falhas. Essas atualizações serão automáticas e deverão ser realizadas sem impacto significativo no desempenho dos sistemas.
* **Atualizações de Definições de Vírus:** As definições de vírus (assinaturas) devem ser atualizadas constantemente, garantindo que o antivírus consiga identificar e bloquear novas ameaças à medida que surgem.
* **Correções de Vulnerabilidades:** A solução deve ser capaz de identificar e corrigir vulnerabilidades de segurança nos endpoints, aplicando patches de segurança sempre que necessário para garantir a proteção contra ameaças emergentes.
* **Ajustes de Configuração:** A contratada deverá realizar ajustes de configuração do antivírus, conforme novas ameaças e mudanças no ambiente de TI da contratante, garantindo que a proteção se mantenha eficaz ao longo do ciclo de vida da solução.
* **Monitoramento de Performance:** A contratada deverá realizar o monitoramento da performance do antivírus em todos os endpoints, identificando possíveis impactos no desempenho e realizando ajustes para otimizar a utilização dos recursos do sistema.

**5. Treinamento e Capacitação:**

A contratada poderá ser solicitada a fornecer treinamentos periódicos aos funcionários da contratante, abordando boas práticas de segurança cibernética e como utilizar adequadamente a solução antivírus. Esse treinamento pode incluir:

* **Treinamento Inicial:** Fornecimento de capacitação para os responsáveis pela gestão de segurança na contratante, com foco no uso do software antivírus e na configuração das políticas de segurança.
* **Treinamentos Contínuos:** Sessões periódicas para atualizar os funcionários sobre novas ameaças cibernéticas, técnicas de prevenção e melhores práticas para manter a segurança das informações.
* **Material de Apoio:** A disponibilização de manuais, tutoriais e outros materiais educativos que possam ser utilizados pela equipe técnica e usuários finais.

**6. Garantia de Qualidade e Conformidade:**

A contratada deverá garantir que a solução antivírus fornecida esteja em conformidade com as normas e regulamentações de segurança da informação, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além de garantir que o software atenda aos mais altos padrões de qualidade e eficácia na detecção e prevenção de ameaças cibernéticas.

A contratada também deverá fornecer garantias sobre a eficácia do antivírus, comprometendo-se a realizar ações corretivas em caso de falhas no desempenho do software que possam comprometer a segurança da rede da contratante.

**Conclusão:**

A solução contratada engloba não apenas o fornecimento das licenças de antivírus, mas também o suporte contínuo, manutenção, atualizações, e treinamento necessário para garantir uma proteção constante e eficaz contra as ameaças cibernéticas. A contratante terá acesso a uma solução robusta, escalável e com todas as exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica atendidas, assegurando a continuidade operacional e a segurança dos seus dados durante todo o ciclo de vida do contrato.

**10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

A contratação de uma solução de antivírus com suporte contínuo e gerenciamento centralizado de endpoints tem como principais objetivos a garantia de segurança da informação da contratante e a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. A seguir, detalha-se como a implementação dessa solução resultará em uma significativa melhoria em termos de **economicidade** e **melhor aproveitamento dos recursos**:

**1. Economicidade**

A economicidade diz respeito à busca pela melhor relação custo-benefício na contratação de serviços e aquisição de soluções, levando em consideração os custos diretos e indiretos envolvidos, a qualidade da solução fornecida e os resultados alcançados. Com a adoção da solução antivírus contratada, espera-se alcançar os seguintes resultados:

* **Redução de Custos com Incidentes de Segurança:** A proteção preventiva fornecida pelo antivírus evitará a ocorrência de incidentes de segurança graves, como infecções por malware, ransomware ou ataques cibernéticos. Isso resultará em uma redução significativa de custos relacionados a:
	+ Recuperação de dados e sistemas;
	+ Impactos financeiros de ataques cibernéticos, como perdas de dados, interrupções de operações e danos à reputação da empresa;
	+ Multas ou sanções decorrentes de violações de dados e falhas no cumprimento de regulamentos de segurança, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
* **Minimização de Custos com Manutenção de Infraestrutura:** O gerenciamento centralizado permitirá a otimização dos recursos de TI, pois facilita o controle e a manutenção de todos os dispositivos de forma centralizada, reduzindo a necessidade de intervenções manuais e o tempo gasto pela equipe de TI. O software antivírus será constantemente atualizado de forma automática, diminuindo o risco de erros humanos e a necessidade de atualizações manuais.
* **Eficiência nas Aquisições de Licenças:** Com o fornecimento de licenças escaláveis, a contratante poderá ajustar o número de licenças de acordo com o crescimento da infraestrutura, evitando aquisições desnecessárias e garantindo que as licenças pagas sejam utilizadas de maneira otimizada, sem desperdício de recursos.
* **Redução do Custo de Suporte Técnico:** A solução oferece suporte técnico contínuo e especializado, que será prestado de forma eficiente e sem custos adicionais inesperados. Isso evita a contratação de serviços externos ou a utilização de recursos internos em áreas que não sejam especializadas, o que também resulta em uma significativa economia de tempo e dinheiro.

**2. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos**

A otimização dos recursos humanos está diretamente relacionada ao gerenciamento eficiente da segurança da informação e à redução do tempo necessário para manutenção e suporte. A seguir, destacam-se os resultados esperados:

* **Foco em Atividades Estratégicas:** O gerenciamento centralizado dos endpoints e a automação de tarefas de segurança, como a atualização de definições de vírus e a implementação de políticas de segurança, permitem que a equipe de TI da contratante se concentre em tarefas mais estratégicas e de maior valor agregado, em vez de se ocupar de tarefas repetitivas e operacionais de manutenção de segurança.
* **Redução do Tempo de Intervenção em Problemas de Segurança:** Com a detecção automática de ameaças e a capacidade de aplicar atualizações e correções de forma centralizada, o tempo necessário para identificar e resolver problemas de segurança é consideravelmente reduzido. A solução de antivírus permitirá à equipe de TI solucionar questões rapidamente, sem a necessidade de longas investigações ou correções manuais em cada dispositivo.
* **Aumento da Eficiência da Equipe de Suporte:** A automatização dos processos de manutenção, atualização e monitoramento, combinada com a centralização das atividades de segurança, permitirá que a equipe de suporte técnico da contratante resolva problemas de forma mais rápida e eficiente. Isso resulta em menos sobrecarga para os profissionais de TI e a maximização da produtividade dos recursos humanos.
* **Treinamento e Capacitação Contínuos:** A possibilidade de fornecer treinamentos periódicos para os funcionários garantirá que todos os usuários saibam como lidar com as práticas de segurança, melhorando a conscientização sobre ameaças e reduzindo a quantidade de incidentes de segurança causados por erros humanos. Isso também facilita a integração de novos funcionários à cultura de segurança da empresa, evitando a necessidade de intervenção da equipe de TI em cada incidente simples.

**3. Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais**

A utilização otimizada de recursos materiais refere-se à capacidade de maximizar o uso dos dispositivos de hardware e infraestrutura existentes, evitando desperdícios e garantindo que os recursos sejam bem alocados. A seguir, detalham-se os resultados esperados:

* **Menor Consumo de Recursos de Hardware:** A solução antivírus escolhida deve ter baixo impacto no desempenho dos dispositivos, garantindo que os sistemas continuem operando de forma eficiente e sem sobrecarregar os recursos de hardware. O gerenciamento centralizado também evita a duplicação de esforços e a utilização excessiva de recursos, já que o software se atualiza automaticamente e realiza varreduras em segundo plano, sem a necessidade de intervenção constante.
* **Otimização de Equipamentos e Softwares Existentes:** Ao implementar uma solução escalável que se adapta às necessidades da contratante, é possível aproveitar ao máximo os dispositivos e recursos tecnológicos já disponíveis. Isso elimina a necessidade de aquisição excessiva de hardware, pois a solução antivírus pode ser expandida conforme a demanda, sem exigir grandes investimentos adicionais em equipamentos.

**4. Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros**

O aproveitamento eficiente dos recursos financeiros é um objetivo central da contratação da solução de antivírus. A solução proposta buscará otimizar o uso do orçamento da contratante da seguinte forma:

* **Investimento em uma Solução de Custo-Benefício:** A contratação de uma solução antivírus escalável, com licenciamento por demanda e suporte contínuo, garante que o investimento seja realizado de forma mais eficiente. O custo será proporcional ao uso real da solução, sem a necessidade de pagar por licenças ou serviços que não serão utilizados. Além disso, o gerenciamento centralizado e a automação de processos evitam que a contratante precise gastar recursos financeiros adicionais com pessoal, serviços de manutenção externa ou correções de problemas de segurança.
* **Economia com Riscos de Segurança:** Como a solução de antivírus ajuda a evitar incidentes de segurança que podem resultar em perdas financeiras significativas, como ataques de ransomware, vazamento de dados ou danos à reputação da empresa, ela contribui para a proteção do orçamento da contratante. O custo preventivo da solução é muito mais baixo do que os custos associados a incidentes de segurança, que podem afetar a continuidade do negócio e resultar em perdas financeiras consideráveis.

**Conclusão**

A contratação da solução de antivírus com suporte técnico contínuo e gerenciamento centralizado de endpoints proporcionará à contratante não apenas a garantia de segurança cibernética, mas também um significativo ganho em termos de **economicidade** e **aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros** disponíveis. A otimização dos processos de segurança e a redução de riscos financeiros permitirão que a contratante maximize seus investimentos, mantenha seus dispositivos seguros e proteja seus recursos financeiros, ao mesmo tempo em que permite que sua equipe de TI se concentre em atividades mais estratégicas e de maior valor agregado.

**11 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE DEMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.**

As providências a seguir devem ser adotadas antes da celebração do contrato. Embora não seja celebrado termo de contrato a nota de empenho servirá de termo de contrato entre as partes para todos os efeitos:

1. Portaria de nomeação do gestor e fiscal de contratos;
2. Capacitação dos gestores e fiscais de contratos;
3. Definições dos locais onde devem ser entregues os itens;
4. Realizar uma análise de riscos para identificar possíveis obstáculos e adotar estratégias para mitigá-los (Providência a ser adotada pela Diretoria Geral);
5. Elaborar um Termo de Referência que detalhe as especificações técnicas, critérios de aceitação, prazos e demais condições da contratação (Próxima providência a ser concluída);
6. Submeter a autuação e os documentos que comporão esta contratação à análise jurídica, a fim de assegurar que a contratação esteja em conformidade com a legislação vigente e proteja os interesses da Administração. (Providência a ser adotada antes da homologação).

**1 2 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Atualmente a Câmara Municipal de Extrema não possui contratos para esse objeto.

**13 – IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.**

A adoção de soluções tecnológicas, como sistemas antivírus, embora essencial para a segurança digital das organizações, pode gerar impactos ambientais diretos e indiretos, principalmente relacionados ao consumo de energia e recursos materiais. A contratação de uma solução para proteção de endpoints requer a avaliação desses impactos e a implementação de medidas mitigadoras para garantir que o uso de recursos tecnológicos seja o mais sustentável possível. A seguir, serão descritos os principais impactos ambientais relacionados à solução contratada e as medidas mitigadoras adotadas para minimizá-los, considerando também requisitos de baixo consumo de energia e práticas de logística reversa para descarte e reciclagem.

**1. Impactos Ambientais Diretos**

a) Consumo de Energia:

O uso de softwares antivírus, especialmente quando operados em grande escala em diversos endpoints, pode resultar em um aumento no consumo de energia, principalmente devido à execução constante de processos de varredura e atualizações automáticas. O impacto pode ser mais significativo em ambientes com grande número de dispositivos, como computadores e servidores, que exigem maior capacidade de processamento.

Medidas Mitigadoras:

Otimização do Desempenho: A solução antivírus será escolhida com base em sua capacidade de operar com um baixo impacto no desempenho dos dispositivos, o que inclui reduzir o uso de CPU e memória durante a execução de varreduras. Isso contribui para a redução do consumo de energia dos dispositivos durante o funcionamento do antivírus.

Programação de Varreduras e Atualizações: Será possível agendar as varreduras e atualizações de forma a ocorrerem fora do horário comercial ou em horários de menor utilização dos sistemas, minimizando a sobrecarga dos dispositivos durante o uso intensivo e, consequentemente, o consumo de energia.

Uso de Soluções Otimizadas e Eficientes: Optar por antivírus que são projetados para trabalhar de forma eficiente em termos de consumo de recursos e que ofereçam uma interface de gerenciamento centralizado. Soluções eficientes reduzirão a necessidade de interação constante e o consumo de energia, permitindo uma gestão de segurança mais eficaz e menos onerosa em termos de recursos energéticos.

b) Consumo de Recursos Materiais (Hardware e Software):

O aumento do uso de dispositivos e equipamentos de TI pode gerar o consumo excessivo de materiais como energia elétrica, componentes de hardware (como circuitos, placas e memória), e até recursos naturais, quando consideramos a produção de equipamentos de TI.

Medidas Mitigadoras:

Adoção de Licenciamento por Demanda: O licenciamento de antivírus será feito de forma escalável, de modo que o número de licenças e recursos necessários se ajustem conforme a demanda real. Isso evita o desperdício de recursos e a necessidade de adquirir licenças ou hardware adicionais que não sejam necessários para a operação.

Promoção de Software Eficiente: A solução antivírus contratada será baseada em software otimizado para rodar de maneira eficiente em equipamentos existentes, evitando a necessidade de atualizações frequentes de hardware ou a compra de novos dispositivos.

Integração com Infraestruturas Existentes: A solução será escolhida com base na sua compatibilidade com a infraestrutura de TI já existente na organização, reduzindo a necessidade de novos investimentos em equipamentos e evitando o desperdício de recursos.

**2. Impactos Ambientais Indiretos**

a) Descarte de Equipamentos Eletrônicos (E-waste):

Com a constante evolução tecnológica e a atualização de sistemas de proteção, a obsolescência dos dispositivos e a substituição de equipamentos podem resultar em um aumento no descarte de dispositivos de TI, como computadores, servidores e dispositivos móveis, que contêm componentes tóxicos e não biodegradáveis, contribuindo para a geração de e-waste (resíduos eletrônicos).

Medidas Mitigadoras:

Logística Reversa: A contratante deve adotar práticas de logística reversa, que garantem que equipamentos obsoletos ou inutilizados sejam devolvidos ao fornecedor ou a centros de reciclagem especializados. Isso permitirá o descarte adequado e a reutilização de componentes, reduzindo o impacto ambiental associado ao lixo eletrônico.

Reciclagem de Componentes Eletrônicos: A solução contratada deverá incluir, sempre que possível, um compromisso com a reciclagem e o reaproveitamento de componentes eletrônicos obsoletos, promovendo o descarte responsável de equipamentos e a recuperação de materiais como metais preciosos, plásticos e circuitos.

Parcerias com Empresas de Reciclagem: O fornecedor do antivírus deverá ser incentivado a criar parcerias com empresas especializadas em reciclagem de equipamentos eletrônicos para garantir que os produtos de TI obsoletos sejam adequadamente reciclados ou reaproveitados, minimizando o impacto ambiental.

b) Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE):

O funcionamento de data centers e servidores que processam e armazenam dados relacionados à solução antivírus pode contribuir para o aumento das emissões de GEE, especialmente quando esses centros não utilizam fontes de energia renovável.

Medidas Mitigadoras:

Utilização de Data Centers Ecológicos: A escolha de fornecedores que utilizem data centers alimentados por fontes de energia renováveis ou que adotem práticas de eficiência energética, como o uso de servidores otimizados para baixo consumo de energia, pode minimizar o impacto ambiental associado às operações de processamento e armazenamento de dados.

Uso de Infraestrutura Virtualizada: Sempre que possível, será incentivada a utilização de soluções baseadas em infraestrutura virtualizada e em nuvem, que permitem o compartilhamento eficiente de recursos de hardware e, assim, reduzem a necessidade de servidores físicos adicionais, contribuindo para a redução das emissões de GEE.

**3. Requisitos de Baixo Consumo de Energia e Outras Práticas Sustentáveis**

A solução contratada será escolhida com base em sua eficiência energética, minimizando o impacto ambiental associado ao consumo de energia de dispositivos e sistemas.

Eficiência Energética em Dispositivos de TI: A solução antivírus deverá ser otimizada para ter um baixo impacto no consumo de energia dos dispositivos, independentemente de estarem em operação ou em modo de espera. Além disso, será buscada a compatibilidade com dispositivos que atendam a normas de eficiência energética, como a certificação Energy Star, para minimizar o consumo de energia durante o funcionamento.

Redução do Consumo de Papel: As interações com a solução de antivírus, incluindo relatórios, alertas e atualizações, serão preferencialmente realizadas de forma digital, evitando o uso de papel e contribuindo para a redução de resíduos sólidos.

Treinamento de Funcionários sobre Sustentabilidade: Será oferecido treinamento à equipe interna para adotar práticas de economia de energia e redução de consumo de recursos durante o uso da solução, como a implementação de configurações para desligamento automático de dispositivos em períodos de inatividade.

**Conclusão**

A contratação de uma solução antivírus deve ser realizada com a consideração de seus impactos ambientais, priorizando a sustentabilidade e a redução de danos ao meio ambiente. As medidas mitigadoras propostas, como o uso de software eficiente, a promoção de licenciamento escalável, a adoção de logística reversa e a reciclagem de equipamentos, visam minimizar o impacto negativo da solução. Além disso, a escolha de soluções com baixo consumo de energia e a implementação de práticas sustentáveis, como o uso de data centers ecológicos e a redução do consumo de papel, contribuem para a mitigação dos efeitos ambientais e para a melhoria da sustentabilidade organizacional.

**14 – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão eletrônico pelo menor preço unitário, execução mediante requisição. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro são as usuais para a generalidade dos objetos.

**15 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Diante da análise abrangente nos aspectos técnico, socioeconômico e ambiental, concluo que a **contratação do objeto é VIÁVEL.** A escolha demonstra uma abordagem estratégica que considera não apenas a eficiência operacional, mas também a responsabilidade financeira. A proposta de contratação do objeto se alinha aos interesses e objetivos da Câmara Municipal de Extrema, assegurando uma gestão eficiente, econômica e sustentável e é adequada para o atendimento da necessidade a que se destina.

Extrema, MG, 31 de março de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Tamires Nunes da Silva Albertini

Diretora Geral

**DESPACHO**

APROVO, na íntegra, esse ETP.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Rafael Silva de Souza Lima

Presidente

**ANEXO II -** **TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO Nº 32/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025**

**Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico, conforme Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

**Objeto:** **Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento continuado de 100 (cem) licenças antivírus, mediante requisição, com suporte e com gerenciamento centralizado de endpoints. Validade: 12 meses.

* 1. **Quantitativo:** estimado em 100 (cem);
	2. **Prazo do contrato:** Trata-se de fornecimento mediante requisição de acordo com a necessidade da administração. O contrato terá como vigência inicial um período de cinco anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente (não necessariamente por igual período) até a vigência máxima de dez anos.
1. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Em conformidade com os Estudos Técnicos Preliminares a contratação exclusiva de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou empresas equiparadas tem como objetivo o fornecimento contínuo de 100 (cem) licenças de antivírus, de forma que o fornecimento será realizado conforme a demanda da contratante, por meio de requisições específicas, com suporte técnico e com gerenciamento centralizado de endpoints. A duração da contratação será de 12 meses, com o intuito de garantir a proteção constante das máquinas e sistemas da contratante contra ameaças cibernéticas.

A necessidade dessa contratação visa assegurar a segurança digital da instituição, proporcionando um controle eficiente e seguro dos equipamentos da rede. O gerenciamento centralizado permitirá a administração e monitoramento em tempo real, facilitando a resposta a incidentes de segurança e garantindo a conformidade com as políticas de segurança estabelecidas.

Além disso, a prestação do serviço de suporte técnico contínuo será fundamental para a resolução de eventuais problemas ou falhas, garantindo a eficácia do antivírus e a continuidade das operações de forma segura.

A escolha por contratar uma ME, EPP ou empresa equiparada visa apoiar o desenvolvimento de pequenos negócios, conforme as disposições legais que incentivam a participação dessas empresas em processos licitatórios, promovendo a competitividade e a diversificação nas opções de fornecedores.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.**

A solução contratada visa garantir a proteção contínua e eficaz contra ameaças cibernéticas para a contratante, através do fornecimento de 100 (cem) licenças de antivírus, com suporte técnico contínuo e gerenciamento centralizado dos endpoints (dispositivos conectados à rede da contratante). A solução será fornecida de forma escalável, com a possibilidade de requisição conforme a demanda e com um ciclo de vida de 12 meses. A seguir, detalham-se os componentes da solução e as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

1. **Licenciamento de Antivírus:**

A solução consiste no fornecimento de 100 (cem) licenças de antivírus, com a possibilidade de fornecimento adicional conforme a necessidade durante a vigência do contrato, em caso de ampliação do número de dispositivos. Cada licença será válida por 12 meses e proporcionará proteção contra uma variedade de ameaças cibernéticas, como vírus, malwares, ransomware, spyware e outras formas de software malicioso.

O antivírus contratado deverá ser compatível com diferentes sistemas operacionais, incluindo, mas não se limitando a, Windows, macOS e Linux, garantindo a proteção de todos os endpoints na rede da contratante.

**2. Gerenciamento Centralizado:**

A solução incluirá um sistema de gerenciamento centralizado de endpoints, permitindo que a contratante administre e monitore todos os dispositivos conectados à sua rede de forma eficiente. Esse gerenciamento centralizado oferecerá as seguintes funcionalidades:

* **Monitoramento em Tempo Real:** Acompanhar o status de segurança dos dispositivos em tempo real, identificando ameaças e vulnerabilidades.
* **Atualizações Automáticas:** Garantir que todas as definições de vírus, patches de segurança e atualizações do software antivírus sejam feitas automaticamente em todos os endpoints, sem a necessidade de intervenção manual.
* **Relatórios Detalhados:** Gerar relatórios sobre a eficácia da proteção, status das atualizações, alertas de segurança e histórico de incidentes.
* **Políticas de Segurança:** Configuração e implementação de políticas de segurança específicas para diferentes grupos de dispositivos ou usuários, como regras para navegação segura, proteção contra downloads maliciosos e bloqueio de conteúdo indesejado.

**3. Suporte Técnico e Assistência:**

A solução contratada inclui o fornecimento de suporte técnico contínuo, com atendimento especializado para resolver problemas técnicos relacionados ao antivírus, incluindo falhas no funcionamento, atualizações, instalação e configurações do software. O suporte técnico será prestado durante o período de validade do contrato, e deverá atender aos seguintes requisitos:

* **Disponibilidade:** O suporte técnico deverá estar disponível durante o horário comercial, com opção de atendimento emergencial fora do horário comercial, caso necessário.
* **Meios de Contato:** O atendimento deve ser feito por múltiplos canais, como telefone, e-mail e chat, garantindo agilidade e acessibilidade.
* **Resolução de Incidentes:** O suporte técnico deverá ser capaz de resolver incidentes relacionados à instalação, atualização, configuração, e remoção de ameaças detectadas, com prazos definidos para resposta e solução de problemas. A contratada deverá fornecer uma linha de atendimento dedicada para incidentes de segurança graves, como infecções de ransomware ou outros ataques cibernéticos.
* **Atendimento Remoto e Presencial:** Quando necessário, o suporte técnico poderá ser realizado remotamente, por meio de ferramentas de acesso remoto, ou presencialmente, em caso de falhas mais complexas que necessitem de diagnóstico no local.
* **Acompanhamento de Incidentes:** A contratada deverá manter um sistema de acompanhamento de incidentes, no qual a contratante poderá verificar o andamento de chamados, status de resolução e histórico de atendimentos.

**4. Manutenção e Atualizações:**

A manutenção da solução deverá ser realizada de forma contínua, com foco na atualização regular do antivírus e no monitoramento de sua eficácia ao longo do tempo. As exigências de manutenção incluem:

* **Atualizações de Software:** O antivírus deverá ser atualizado regularmente com as últimas versões do software, incluindo melhorias de desempenho e correções de falhas. Essas atualizações serão automáticas e deverão ser realizadas sem impacto significativo no desempenho dos sistemas.
* **Atualizações de Definições de Vírus:** As definições de vírus (assinaturas) devem ser atualizadas constantemente, garantindo que o antivírus consiga identificar e bloquear novas ameaças à medida que surgem.
* **Correções de Vulnerabilidades:** A solução deve ser capaz de identificar e corrigir vulnerabilidades de segurança nos endpoints, aplicando patches de segurança sempre que necessário para garantir a proteção contra ameaças emergentes.
* **Ajustes de Configuração:** A contratada deverá realizar ajustes de configuração do antivírus, conforme novas ameaças e mudanças no ambiente de TI da contratante, garantindo que a proteção se mantenha eficaz ao longo do ciclo de vida da solução.
* **Monitoramento de Performance:** A contratada deverá realizar o monitoramento da performance do antivírus em todos os endpoints, identificando possíveis impactos no desempenho e realizando ajustes para otimizar a utilização dos recursos do sistema.

**5. Treinamento e Capacitação:**

A contratada poderá ser solicitada a fornecer treinamentos periódicos aos funcionários da contratante, abordando boas práticas de segurança cibernética e como utilizar adequadamente a solução antivírus. Esse treinamento pode incluir:

* **Treinamento Inicial:** Fornecimento de capacitação para os responsáveis pela gestão de segurança na contratante, com foco no uso do software antivírus e na configuração das políticas de segurança.
* **Treinamentos Contínuos:** Sessões periódicas para atualizar os funcionários sobre novas ameaças cibernéticas, técnicas de prevenção e melhores práticas para manter a segurança das informações.
* **Material de Apoio:** A disponibilização de manuais, tutoriais e outros materiais educativos que possam ser utilizados pela equipe técnica e usuários finais.

**6. Garantia de Qualidade e Conformidade:**

A contratada deverá garantir que a solução antivírus fornecida esteja em conformidade com as normas e regulamentações de segurança da informação, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além de garantir que o software atenda aos mais altos padrões de qualidade e eficácia na detecção e prevenção de ameaças cibernéticas.

A contratada também deverá fornecer garantias sobre a eficácia do antivírus, comprometendo-se a realizar ações corretivas em caso de falhas no desempenho do software que possam comprometer a segurança da rede da contratante.

**Conclusão:**

A solução contratada engloba não apenas o fornecimento das licenças de antivírus, mas também o suporte contínuo, manutenção, atualizações, e treinamento necessário para garantir uma proteção constante e eficaz contra as ameaças cibernéticas. A contratante terá acesso a uma solução robusta, escalável e com todas as exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica atendidas, assegurando a continuidade operacional e a segurança dos seus dados durante todo o ciclo de vida do contrato.

**10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

**Demonstrativo dos Resultados Pretendidos em Termos de Economicidade e de Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros Disponíveis**

A contratação de uma solução de antivírus com suporte contínuo e gerenciamento centralizado de endpoints tem como principais objetivos a garantia de segurança da informação da contratante e a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. A seguir, detalha-se como a implementação dessa solução resultará em uma significativa melhoria em termos de **economicidade** e **melhor aproveitamento dos recursos**:

**1. Economicidade**

A economicidade diz respeito à busca pela melhor relação custo-benefício na contratação de serviços e aquisição de soluções, levando em consideração os custos diretos e indiretos envolvidos, a qualidade da solução fornecida e os resultados alcançados. Com a adoção da solução antivírus contratada, espera-se alcançar os seguintes resultados:

* **Redução de Custos com Incidentes de Segurança:** A proteção preventiva fornecida pelo antivírus evitará a ocorrência de incidentes de segurança graves, como infecções por malware, ransomware ou ataques cibernéticos. Isso resultará em uma redução significativa de custos relacionados a:
	+ Recuperação de dados e sistemas;
	+ Impactos financeiros de ataques cibernéticos, como perdas de dados, interrupções de operações e danos à reputação da empresa;
	+ Multas ou sanções decorrentes de violações de dados e falhas no cumprimento de regulamentos de segurança, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
* **Minimização de Custos com Manutenção de Infraestrutura:** O gerenciamento centralizado permitirá a otimização dos recursos de TI, pois facilita o controle e a manutenção de todos os dispositivos de forma centralizada, reduzindo a necessidade de intervenções manuais e o tempo gasto pela equipe de TI. O software antivírus será constantemente atualizado de forma automática, diminuindo o risco de erros humanos e a necessidade de atualizações manuais.
* **Eficiência nas Aquisições de Licenças:** Com o fornecimento de licenças escaláveis, a contratante poderá ajustar o número de licenças de acordo com o crescimento da infraestrutura, evitando aquisições desnecessárias e garantindo que as licenças pagas sejam utilizadas de maneira otimizada, sem desperdício de recursos.
* **Redução do Custo de Suporte Técnico:** A solução oferece suporte técnico contínuo e especializado, que será prestado de forma eficiente e sem custos adicionais inesperados. Isso evita a contratação de serviços externos ou a utilização de recursos internos em áreas que não sejam especializadas, o que também resulta em uma significativa economia de tempo e dinheiro.

**2. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos**

A otimização dos recursos humanos está diretamente relacionada ao gerenciamento eficiente da segurança da informação e à redução do tempo necessário para manutenção e suporte. A seguir, destacam-se os resultados esperados:

* **Foco em Atividades Estratégicas:** O gerenciamento centralizado dos endpoints e a automação de tarefas de segurança, como a atualização de definições de vírus e a implementação de políticas de segurança, permitem que a equipe de TI da contratante se concentre em tarefas mais estratégicas e de maior valor agregado, em vez de se ocupar de tarefas repetitivas e operacionais de manutenção de segurança.
* **Redução do Tempo de Intervenção em Problemas de Segurança:** Com a detecção automática de ameaças e a capacidade de aplicar atualizações e correções de forma centralizada, o tempo necessário para identificar e resolver problemas de segurança é consideravelmente reduzido. A solução de antivírus permitirá à equipe de TI solucionar questões rapidamente, sem a necessidade de longas investigações ou correções manuais em cada dispositivo.
* **Aumento da Eficiência da Equipe de Suporte:** A automatização dos processos de manutenção, atualização e monitoramento, combinada com a centralização das atividades de segurança, permitirá que a equipe de suporte técnico da contratante resolva problemas de forma mais rápida e eficiente. Isso resulta em menos sobrecarga para os profissionais de TI e a maximização da produtividade dos recursos humanos.
* **Treinamento e Capacitação Contínuos:** A possibilidade de fornecer treinamentos periódicos para os funcionários garantirá que todos os usuários saibam como lidar com as práticas de segurança, melhorando a conscientização sobre ameaças e reduzindo a quantidade de incidentes de segurança causados por erros humanos. Isso também facilita a integração de novos funcionários à cultura de segurança da empresa, evitando a necessidade de intervenção da equipe de TI em cada incidente simples.

**3. Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais**

A utilização otimizada de recursos materiais refere-se à capacidade de maximizar o uso dos dispositivos de hardware e infraestrutura existentes, evitando desperdícios e garantindo que os recursos sejam bem alocados. A seguir, detalham-se os resultados esperados:

* **Menor Consumo de Recursos de Hardware:** A solução antivírus escolhida deve ter baixo impacto no desempenho dos dispositivos, garantindo que os sistemas continuem operando de forma eficiente e sem sobrecarregar os recursos de hardware. O gerenciamento centralizado também evita a duplicação de esforços e a utilização excessiva de recursos, já que o software se atualiza automaticamente e realiza varreduras em segundo plano, sem a necessidade de intervenção constante.
* **Otimização de Equipamentos e Softwares Existentes:** Ao implementar uma solução escalável que se adapta às necessidades da contratante, é possível aproveitar ao máximo os dispositivos e recursos tecnológicos já disponíveis. Isso elimina a necessidade de aquisição excessiva de hardware, pois a solução antivírus pode ser expandida conforme a demanda, sem exigir grandes investimentos adicionais em equipamentos.

**4. Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros**

O aproveitamento eficiente dos recursos financeiros é um objetivo central da contratação da solução de antivírus. A solução proposta buscará otimizar o uso do orçamento da contratante da seguinte forma:

* **Investimento em uma Solução de Custo-Benefício:** A contratação de uma solução antivírus escalável, com licenciamento por demanda e suporte contínuo, garante que o investimento seja realizado de forma mais eficiente. O custo será proporcional ao uso real da solução, sem a necessidade de pagar por licenças ou serviços que não serão utilizados. Além disso, o gerenciamento centralizado e a automação de processos evitam que a contratante precise gastar recursos financeiros adicionais com pessoal, serviços de manutenção externa ou correções de problemas de segurança.
* **Economia com Riscos de Segurança:** Como a solução de antivírus ajuda a evitar incidentes de segurança que podem resultar em perdas financeiras significativas, como ataques de ransomware, vazamento de dados ou danos à reputação da empresa, ela contribui para a proteção do orçamento da contratante. O custo preventivo da solução é muito mais baixo do que os custos associados a incidentes de segurança, que podem afetar a continuidade do negócio e resultar em perdas financeiras consideráveis.

**Conclusão**

1. A contratação da solução de antivírus com suporte técnico contínuo e gerenciamento centralizado de endpoints proporcionará à contratante não apenas a garantia de segurança cibernética, mas também um significativo ganho em termos de economicidade e aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. A otimização dos processos de segurança e a redução de riscos financeiros permitirão que a contratante maximize seus investimentos, mantenha seus dispositivos seguros e proteja seus recursos financeiros, ao mesmo tempo em que permite que sua equipe de TI se concentre em atividades mais estratégicas e de maior valor agregado.
2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
3. **Fornecimento das Licenças de Antivírus:**
	* A empresa contratada deverá fornecer 100 (cem) licenças de antivírus, com a possibilidade de requisição conforme a demanda da contratante.
	* As licenças devem ser válidas por 12 meses a partir da data de fornecimento e serão renovadas conforme a necessidade, respeitando a vigência do contrato.
4. **Suporte Técnico:**
	* O fornecedor deverá fornecer suporte técnico contínuo, que incluirá a resolução de problemas relacionados ao software antivírus, atualização de definições de vírus, remediação de falhas, e outras necessidades relacionadas ao funcionamento adequado do antivírus.
	* O suporte deverá ser oferecido durante todo o período de validade do contrato e deve estar disponível para atendimento remoto e, se necessário, presencial.
5. **Gerenciamento Centralizado de Endpoints:**
	* O fornecedor deverá disponibilizar uma plataforma de gerenciamento centralizado para monitoramento e controle dos endpoints (computadores e dispositivos conectados à rede da contratante).
	* A plataforma deverá permitir o gerenciamento remoto das licenças, atualizações automáticas, configurações de segurança, e a visualização em tempo real do status da proteção em todos os endpoints.
	* Deverá ser possível realizar a geração de relatórios detalhados sobre o estado de segurança dos sistemas e a identificação de ameaças, bem como a resposta imediata a incidentes de segurança.
6. **Capacidade de Suporte a Diferentes Sistemas Operacionais:**
	* O antivírus fornecido deverá ser compatível com as principais versões de sistemas operacionais utilizados pela contratante, incluindo, mas não se limitando a, Windows, Linux e macOS, garantindo a proteção de todos os dispositivos da rede.
7. **Atualizações e Manutenções:**
	* A contratada deverá garantir que o antivírus fornecido esteja sempre atualizado, com as últimas definições de vírus e correções de segurança, sem custo adicional para a contratante.
	* O antivírus deverá ser capaz de realizar atualizações automáticas para garantir a proteção contínua contra novas ameaças cibernéticas.
8. **Garantia de Qualidade:**
	* A empresa contratada deverá assegurar que o antivírus fornecido tenha alta taxa de detecção de ameaças, baixo impacto no desempenho dos sistemas, e que seja reconhecido por sua eficácia no mercado.
	* A contratada deverá comprovar que o antivírus atende às normas e regulamentações de segurança cibernética vigentes.
9. **Capacidade de Expansão:**
	* A solução proposta deve permitir a expansão do número de licenças e a ampliação do gerenciamento centralizado de endpoints, caso a contratante precise adicionar mais dispositivos durante o período de validade do contrato.
10. **Atendimento a Normas e Regulamentações:**
	* A empresa contratada deve garantir que a solução antivírus e os serviços de suporte estejam em conformidade com as regulamentações de segurança da informação e proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando aplicável.
11. **Treinamento e Capacitação:**
	* A contratada poderá ser solicitada a fornecer treinamentos periódicos aos usuários da contratante, visando garantir que todos saibam como utilizar adequadamente o antivírus e compreender as práticas de segurança recomendadas.
12. **Responsabilidade sobre a Infraestrutura de Suporte:**
* A contratada deverá garantir que toda a infraestrutura necessária para oferecer o suporte técnico e o gerenciamento centralizado seja adequadamente mantida, sem que haja interrupções no serviço.

Esses requisitos visam garantir que a contratante tenha uma solução eficaz e contínua para a proteção contra ameaças cibernéticas, com a garantia de que o antivírus, suporte e gerenciamento dos dispositivos estarão adequadamente cobertos ao longo do período de validade do contrato

**REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ**/MF;
2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
3. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
4. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
5. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
6. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

**IV – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
2. Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.
3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
	1. **O objeto é de execução indireta, empreitada por preço unitário, fornecimento mediante requisição da CONTRATANTE.**
	2. Trata-se de fornecimento contínuo e regular.
	3. Caso não seja possível a entrega/execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos cinco dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
	4. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os materiais de escritório serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
	5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
	6. Os materiais de escritório poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
	7. Os materiais de escritório serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
	8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
	9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
	10. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
	11. O objeto possui regime de fornecimento, mediante requisição da CONTRATANTE, na modalidade de empreitada por preço unitário. Os serviços devem ser iniciados no prazo máximo de até 30 dias a partir do recebimento da A.F. (Autorização de Funcionamento). Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.
4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/DA FISCALIZAÇÃO
	1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
	2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
	3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
	4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
	5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente~~,~~ o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
	6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
	7. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
		1. O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
		2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
		3. O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
		4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
		5. O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
	8. O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
		1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
	9. O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
		1. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
		2. O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
		3. O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
		4. O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
	10. O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
	11. O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados pela servidora Tamara Martiniuk, designada para esta função como Gestora de Contratos e pelo servidor Carlos Alberto Claudio como Fiscal de Contratos, ou por qualquer outro servidor que venha a substituí-los, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los de informações pertinentes a esta atribuição.
	12. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
	13. A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.
	14. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
6. Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;
7. Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
8. Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
9. Prova de regularidade de Débitos da Fazenda Municipal (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
10. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.
11. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**Recebimento**

8.1 A CONTRATADA deverá fornecer o objeto dentro do horário de funcionamento da Câmara Municipal de Extrema, no local indicado.

8.2 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente realizado nas condições estabelecidas. A CONTRATADA deverá apresentar o relatório circunstanciado dos serviços realizados, devidamente datado e assinado pelo responsável, para fins de pagamento.

8.3 No caso de controvérsia sobre a realização do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

8.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**Liquidação**

8.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.6 O pagamento referente à execução do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

8.7 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;

b) os dados do contrato e do órgão contratante;

c) o período respectivo de execução do contrato;

d) o valor a pagar; e

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.8 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.9 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

8.10 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.13 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**Prazo de pagamento**

8.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

8.15 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

**Forma de pagamento**

8.16 O pagamento será realizado mensalmente por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

8.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.18 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.19 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

8.20 Não será admitida a antecipação de pagamento**.**

1. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico, conforme Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, pelo menor preço unitário, execução indireta, na data aprazada.

1. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.**

A estimativa do valor da contratação está demonstrada na tabela a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MEDIANA VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | **Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento continuado de 100 (cem) licenças antivírus, mediante requisição, com suporte e com gerenciamento centralizado de endpoints. Validade: 12 meses. | R$ 244,80 | 100 unidades com validade de 12 meses | R$ 24.480,00 |

As memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constam de documento separado e classificado “Análise Crítica dos Dados Coletados”.

1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: 3.3.90.30.99 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO - Ficha: 16.

1. JUSTIFICATIVA

**Justificativa Técnica:**

A escolha pela contratação de licenças de antivírus com suporte contínuo e gerenciamento centralizado de endpoints é fundamental para garantir a proteção eficaz contra as crescentes ameaças cibernéticas, que são uma preocupação constante para a segurança da informação em qualquer instituição. A adoção dessa solução oferece uma série de vantagens técnicas que atendem às necessidades de segurança da contratante, conforme descrito a seguir:

1. Proteção Abrangente e Contínua: O antivírus contratado oferecerá uma proteção contínua, atualizada e em tempo real contra vírus, malwares, ransomwares e outras ameaças cibernéticas. A atualização automática das definições de vírus e o suporte técnico contínuo garantem que a contratante estará sempre protegida contra novas ameaças, sem necessidade de intervenção manual.

2. Gerenciamento Centralizado: O gerenciamento centralizado dos endpoints é uma ferramenta crucial para a administração eficiente da segurança de todos os dispositivos conectados à rede corporativa. Com essa solução, será possível monitorar, controlar e gerenciar todas as licenças e dispositivos de forma centralizada, facilitando a aplicação de políticas de segurança e a identificação rápida de vulnerabilidades ou incidentes.

3. Escalabilidade e Flexibilidade: A solução proposta é escalável, permitindo a adição de novos dispositivos e licenças conforme a necessidade da contratante ao longo do período de validade do contrato. Isso proporciona flexibilidade para acompanhar o crescimento da organização e a evolução das necessidades de segurança sem a necessidade de adquirir novas soluções a cada aumento na demanda.

4. Compatibilidade com Diversos Sistemas Operacionais: A solução antivírus será compatível com diferentes sistemas operacionais (Windows, macOS, Linux, etc.), o que é essencial para a diversidade de dispositivos que a contratante utiliza em sua infraestrutura. Dessa forma, todos os endpoints estarão protegidos, independentemente do sistema operacional em uso.

5. Suporte Técnico Especializado: A disponibilização de suporte técnico especializado é essencial para resolver problemas técnicos, realizar ajustes necessários na plataforma de antivírus, e garantir o bom funcionamento da solução de segurança durante toda a sua vigência. O suporte contínuo assegura que a contratante tenha acesso rápido a soluções eficazes em caso de incidentes ou falhas.

**Justificativa Econômica:**

Do ponto de vista econômico, a escolha de contratar uma Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou empresa equiparada oferece diversas vantagens que visam a eficiência financeira e a promoção do desenvolvimento econômico local:

1. Competitividade e Melhores Preços: Empresas de pequeno porte tendem a oferecer soluções mais competitivas, com preços geralmente mais acessíveis em comparação a grandes fornecedores, sem comprometer a qualidade do serviço. Isso permite à contratante otimizar o uso de recursos financeiros, com uma solução de segurança eficaz, mas com um custo-benefício favorável.

2. Redução de Custos Operacionais: A solução de antivírus com suporte técnico contínuo e gerenciamento centralizado contribui para a redução de custos operacionais, pois minimiza a necessidade de interventores externos e reduz o tempo de inatividade dos sistemas, que poderia ocorrer devido à falta de proteção ou falhas no antivírus. O gerenciamento centralizado facilita a administração dos dispositivos, diminuindo o esforço administrativo e os custos associados.

3. Investimento em Soluções Escaláveis: A contratação de uma solução escalável permite à contratante expandir o serviço conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de realizar novos investimentos substanciais a cada aumento de demanda. A flexibilidade de licenciamento também facilita o planejamento orçamentário, com a possibilidade de ajustar os custos conforme o crescimento da organização.

4. Valorização do Pequeno Negócio: A escolha de uma ME, EPP ou empresa equiparada também contribui para a valorização de pequenos negócios, promovendo a inclusão dessas empresas em processos licitatórios. Além disso, ao apoiar o desenvolvimento de pequenos empreendimentos, a contratante alinha-se a práticas de responsabilidade social e incentivo ao empreendedorismo local, o que pode gerar um impacto positivo no ambiente econômico da região.

5. Minimização de Riscos Financeiros a Longo Prazo: A contratação de uma solução de segurança robusta e contínua garante a redução de riscos financeiros a longo prazo, evitando danos relacionados a incidentes de segurança como ataques de ransomware ou perda de dados sensíveis, que podem ter custos financeiros muito elevados. Investir em uma solução de segurança preventiva é, portanto, uma estratégia para proteger os recursos financeiros da contratante e garantir a continuidade das operações.

**Conclusão:**

A escolha pela contratação de 100 (cem) licenças de antivírus com suporte contínuo e gerenciamento centralizado de endpoints é, portanto, justificada tanto técnica quanto economicamente. A solução garante uma proteção eficaz e contínua contra ameaças cibernéticas, enquanto oferece uma gestão eficiente e um custo-benefício favorável, com a possibilidade de expansão conforme a demanda. Além disso, ao optar por uma ME, EPP ou empresa equiparada, a contratante contribui para a promoção do empreendedorismo local e para a geração de um ambiente de negócios mais competitivo e sustentável

Dessa forma, a contratação proposta atende de maneira eficiente e eficaz as necessidades de fornecimento de papel sulfite, com qualidade, economia e em conformidade com as legislações vigentes.

**DIRETORIA GERAL**

Extrema, MG, 31 de março de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Tamires Nunes Da Silva Albertini

Diretora Geral

**DESPACHO**

APROVO, na íntegra, esse Termo de Referência.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Rafael Silva De Souza Lima

Presidente

**ANEXO III – MAPA DE RISCO**

|  |
| --- |
| **MAPA DE RISCOS – PRC 32/2025** |

|  |
| --- |
| **DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO** |
| **Resumo do Objeto:** | **Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento continuado de 100 (cem) licenças antivírus, mediante requisição, com suporte e com gerenciamento centralizado de endpoints. Validade: 12 meses. |
| **Nº do Processo:** | 32/2025 | **Nº Pregão Eletrônico:** | 13/2025 |

|  |
| --- |
| **Fase de Análise:** |
|  |
|  | **X** | Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor | **X** | Gestão do Contrato |
|  |

|  |
| --- |
| **PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÂO DO FORNECEDOR** |
|  |
| **Risco 01:** | Atraso no procedimento licitatório. |
|  |
| **Probabilidade:** |  |  | Baixa | **X** | Média |  | Alta |
|  |
| **Impacto:** |  |  | Baixo |  | Médio | **X** | Alto |
|  |
| **Dano(s):** Atraso na abertura do procedimento. |
|  |
| **Ação(ões) Preventiva(s**): Observar atentamente a necessidade de preenchimento da requisição inicial disposta no site da Câmara Municipal de Extrema – Servidor – Requisição de objeto e justificativa. | **Responsável:** |
|  | Requerente |
| **Ação(ões) de Contingência:** Tomar as providências necessárias ao saneamento do correto preenchimento e entrega no setor de compras, no menor prazo possível, de modo a permitir a realização da licitação.  | **Responsável:** |
|  | Chefe imediato do requerente. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Risco 02:** | Descrição do objeto em licitações com indicação de marca sem fundamentação. |
|  |
| **Probabilidade:** |  |  | Baixa | **X** | Média |  | Alta |
|  |
| **Impacto:** |  |  | Baixo |  | Médio | **X** | Alto |
|  |
| **Dano(s):** Restrição indevida à competitividade em processos licitatórios. Possível nulidade e retrabalho, além de responsabilização dos gestores. |
|  |
| **Ação(ões) Preventiva(s):** Sempre justificar previamente a indicação de marca nas licitações, quando for o caso. | **Responsável:**Presidente da Câmara / Jurídico |
|  |  |
| **Ação(ões) de Contingência:** Caso identificada, antes da licitação, a indicação de marca sem justificativa, suspender o andamento do processo e elaborar a justificativa pertinente. Caso identificada, depois da licitação, a indicação de marca sem justificativa, avaliar o impacto na competitividade do certame, inclusive quanto número de licitantes. | **Responsável:**Presidente da Câmara / Jurídico |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Risco 03:** | Estimativa de preço em descompasso com os valores praticados no mercado. |
|  |
| **Probabilidade:** |  | **x** | Baixa |  | Média |  | Alta |
|  |
| **Impacto:** |  |  | Baixo |  | Médio | **x** | Alto |
|  |
| **Dano(s):** Licitação deserta (descontinuidade do serviço) ou contratação por preço elevado. |
|  |
| **Ação(ões) Preventiva(s):** Realizar extensa e adequada pesquisa de mercado. | **Responsável:** |
|  | Orçamentista / Pregoeiro / Jurídico |
| **Ação(ões) de Contingência**: No caso de preço elevado, deve o pregoeiro negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores do contrato atual. | **Responsável:**Pregoeiro / jurídico |
| No caso de licitação deserta, avaliar a possibilidade de proceder à contratação direta por dispensa de licitação. |  |

|  |
| --- |
| **GESTÂO DE CONTRATOS** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Risco 01:** | Contratada deixa de atender as condições econômicas/técnicas para prestar o serviço. |
|  |
| **Probabilidade:** |  | **X** | Baixa |  | Média |  | Alta |
|  |
| **Impacto:** |  |  | Baixo | **X** | Médio |  | Alto |
|  |
| **Dano(s):** Possibilidade de inexecução e rescisão do contrato, prejudicando a conclusão do serviço ou entrega dos itens. |
|  |
| **Ação(ões) Preventiva(s):** Fiscalizar o contrato, atentando para a devida qualidade técnica na realização das atividades e para a manutenção das condições de contratação exigidas na habilitação. | **Responsável:**Fiscal / Gestor de contratos |
|  |  |
| **Ação(ões) de Contingência:** Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas. No caso de não regularização, abertura de processo administrativo, aplicação de penalidades e rescisão contratual. Se houver segundo colocado habilitado, convocar o segundo colocado. | **Responsável:**Fiscal / Gestor de Contratos / Presidente da Câmara |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Risco 02:** | Serviço prestado de forma insatisfatória/deficiente ou entrega de itens em desacordo com o solicitado. |
|  |
| **Probabilidade:** |  |  | Baixa | **X** | Média |  | Alta |
|  |
| **Impacto:** |  |  | Baixo |  | Médio | **X** | Alto |
|  |
| **Dano(s):** Interferência na qualidade dos serviços prestados à Câmara Municipal de Extrema, e/ou deficiência na entrega dos itens. |
|  |
| **Ação(ões) Preventiva(s):** Estabelecer comunicação com a empresa, informando de maneira clara como devem ser executados os serviços, inclusive com o nível de qualidade esperado, de forma a garantir que a empresa tenha plena ciência e conhecimento do resultado a ser entregue. Se for o caso, rejeitar o serviço, pedir a sua realização em conformidade com o solicitado. Em caso de produto rejeitar a totalidade dos itens entregues e proceder à devolução à empresa.  | **Responsável:**Almoxarife / Fiscal / Gestor de Contratos. |
|  |  |
| **Ação(ões) de Contingência:** Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas. Aplicação de penalidades, se for o caso. | **Responsável:**Gestor / Fiscal de ContratosPresidente da Câmara |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Risco 03:** | Contratação de empresa impedida de contratar com a Administração.  |
|  |
| **Probabilidade:** |  | **X** | Baixa |  | Média |  | Alta |
|  |
| **Impacto:** |  |  | Baixo |  | Médio | **X** | Alto |
|  |
| **Dano(s):** Problemas na execução do contrato.  |
|  |

|  |
| --- |
| **4. Responsável pela elaboração do Mapa de Riscos** |
| Certifico a elaboração do Mapa de Risco para essa contratação. |
| Extrema, MG, 31 de março de 2025.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINIDIRETORA GERAL |

**ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS**

**Dados da empresa e seu representante legal:**

**Empresa:**

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.: XXX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: XXX

E-MAIL: XXX

TELEFONE/WHATSAPP:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MARCA** | **VALOR UNIT.** | **QUANT.** | **VALOR** **GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | **Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento continuado de 100 (cem) licenças antivírus, mediante requisição, com suporte e com gerenciamento centralizado de endpoints. Validade: 12 meses. |  |  | 100 |  |

**Validade da proposta:**

**Representante Legal:**

Nome: xxx

Endereço: xxx Cidade: xxx UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx Expedição: xxx

Naturalidade: xxx Nacionalidade: xxx

Local/Data: xxx

O proponente DECLARA que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**Indicação da forma de pagamento:**

|  |  |
| --- | --- |
| **BOLETO ( )** | **DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ( )** |
|  | BANCO |  |
| AGÊNCIA |  |
| Nº DA CONTA |  |
| FAVORECIDO |  |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável

**ANEXO V - PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS).**

* Foram enviados oito pedidos de cotações de preços. Os fornecedores foram escolhidos porque constam na relação de fornecedores da Câmara Municipal de Extrema, ou porque já forneceram para a Câmara Municipal de Extrema, e atenderam perfeitamente a logística necessária requerida pela administração, nada constando que os desabone até a presente data;
* Apenas a empresa Allsec Serviços em Tecnologia da Informação LTDA retornou o pedido de cotação respondido.
* Foi realizada pesquisa no Painel de Preços: Considerada mediana de onze resultados selecionados.
* Foi realizada pesquisa no PNCP: O resultado apresentado foi o Ato que autoriza a Contratação Direta nº 01774324/2024;
* Foi realizada pesquisa no Banco de Preços “Cotação Zênite”;
* Foi realizada pesquisa no TCE – MG (Banco de Preços);
* Foi realizada busca na relação de fornecedores: foram enviados e-mails com a solicitação de cotação para todos os fornecedores;
* Contratação correlata – a Câmara Municipal de Extrema atualmente não possui contratação vigente para o objeto em questão.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MEDIANA VALOR UNIT.** | **QUANT.****ESTIMADA** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | **Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento continuado de 100 (cem) licenças antivírus, mediante requisição, com suporte e com gerenciamento centralizado de endpoints. Validade: 12 meses. | R$ 244,80 | 100 unidades | R$ 24.480,00 |

Observação: *para a apuração do valor estimado da contratação foi utilizada a mediana entre os preços considerados válidos, como método de definição da referência. A mediana constitui uma medida de tendência central, representando neste caso, o preço praticado no mercado.*

**ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO CONTINUADO DE 100 (CEM) LICENÇAS ANTIVÍRUS, MEDIANTE REQUISIÇÃO, COM SUPORTE E COM GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE ENDPOINTS. VALIDADE: 12 MESES.**

|  |  |
| --- | --- |
| **PROCESSO LICITATÓRIO Nº.** | 32/2025 |
| **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.** | 13/2025 |
| **EDITAL Nº.** | 13/2025 |
| **CONTRATO Nº.** | XXX/2025 |
| **DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO** | 13/02/2025 |
| **NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV** | 90013 |

*TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA E A EMPRESA XXX REFERENTE CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO CONTINUADO DE 100 (CEM) LICENÇAS ANTIVÍRUS, MEDIANTE REQUISIÇÃO, COM SUPORTE E COM GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE ENDPOINTS. VALIDADE: 12 MESES.*

A Câmara Municipal de Extrema, neste ato denominada CONTRATANTE, com sede na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ nº. 19.038.603/0001-00, representada pelo seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, e de outro lado a empresa XXX, estabelecida na XXX, XXX, XXX (XX), inscrita no CNPJ nº. XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por XXX, portador da Cédula de Identidade nº. XXX, e CPF nº. XXX, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO como especificado no seu objeto, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2025, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2025, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, e Lei Complementar Nº 123/2006 mediante as cláusulas e condições que seguem:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS.**

1.1 **Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento continuado de Papel sulfite Office, alcalino, branco, formato A4, 210x297mm, gramatura 75g/m2, embalagem revestida em BOPP. Quantidade estimada: 1.500 pacotes com 500 folhas.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO / DA ASSINATURA DIGITAL.**

* 1. Este contrato vincula-se ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025 referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2025, e todos os seus anexos independentemente de transcrição.
	2. Admissibilidade da Assinatura Digital: Para a formalização desse contrato é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.
	3. Responsável pela Assinatura: A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.
	4. Validade e Conformidade: A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.
	5. A data inicial de vigência deste Contrato será a data consignada na última cláusula deste instrumento, a qual será considerada como a data-base para todos os efeitos do presente Contrato. Essa data será válida e eficaz independentemente de o contrato ter sido assinado por meio de assinatura digital ou física, prevalecendo como marco para o início da contagem de prazos, obrigações e demais efeitos decorrentes do ajuste.
1. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, E INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS.

3.1 As partes submetem-se às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, cujos dispositivos fundamentarão a solução dos casos omissos, em complemento ao PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2025, PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2025, EDITAL nº XX/2025 e à Lei Complementar Nº 123/2006.

3.2 O fornecimento e execução deste CONTRATO regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios de teoria geral dos CONTRATOS e as disposições de direito privado.

3.3 A data de vigência deste contrato será a data consignada na última cláusula do presente instrumento, a qual será considerada como a data-base para todos os efeitos do presente contrato. Essa data será válida e eficaz independentemente de o contrato ter sido assinado por meio de assinatura digital ou física, prevalecendo como marco para o início da contagem de prazos, obrigações e demais efeitos decorrentes do presente ajuste.

3.4 A licitante se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

1. CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO / DATA DA ENTREGA / MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 O objeto é de execução indireta, empreitada por preço unitário, execução mediante requisição da CONTRATANTE.

4.1.1 O objeto deve atender aos seguintes requisitos:

**I. SEGURANÇA PARA ESTAÇÕES DE TRABALHO E SERVIDORES**

a) Console central única de gerenciamento: Oferece uma console centralizada para gerenciamento de endpoints.

b) Capacidade de remoção do software de antivírus já instalado e instalação remota: Permite desinstalar soluções de segurança existentes e instalar remotamente a aplicação.

c) Proteção contra ransomware e exploits: Inclui módulos de proteção específicos contra ransomware e exploits.

d) Antiphishing e filtragem de segurança na web: Possui recursos de antiphishing e controle de conteúdo para navegação segura.

e) Vacina Anti Ransomware: Disponibiliza ferramentas para prevenção proativa contra ransomware.

f) Controle de Dispositivos, Aplicativos e Conteúdo: Oferece controle sobre dispositivos externos, aplicativos e conteúdo acessado.

g) Anti-Exploit Avançado: Fornece proteção avançada contra exploits.

h) Automação da Remediação de Ameaça e Resposta: Automatiza processos de remediação e resposta a ameaças.

i) Proteção contra ameaças da Web: Inclui funcionalidades para proteção contra ameaças online.

j) Antimalware com aprendizado de máquinas (Machine Learning): Utiliza técnicas de machine learning para detecção de malwares.

k) Detecção antiexploit avançada: Oferece detecção aprimorada contra exploits.

**II. CONSOLE DE GERENCIAMENTO**

a) Disponibilizado como appliance virtual ou gerenciamento na nuvem: Disponível tanto em formato de appliance virtual quanto como serviço na nuvem.

b) Suporte para VMWare, Citrix, Microsoft Hyper-V e outros: Compatível com diversas plataformas de virtualização.

c) Instalação remota via console WEB: Permite instalação remota através da console web.

d) Balanceamento de carga e alta disponibilidade: Suporta balanceamento de carga e configurações de alta disponibilidade.

e) Interface e relatórios em português: Disponibiliza interface e relatórios no idioma português.

f) Console Local e em Nuvem: Oferece opções de gerenciamento local e em nuvem.

g) Gerenciamento de Risco (Somente console Cloud): Inclui funcionalidades de gerenciamento de risco na console em nuvem.

**III. GERENCIAMENTO E RELATÓRIOS:**

a) Arquitetura simples de atualização: Facilita o processo de atualização do sistema.

b) Notificações automáticas para administradores: Envia alertas automáticos para administradores.

c) Relatórios configuráveis e exportáveis em PDF/CSV: Permite a personalização e exportação de relatórios em formatos como PDF e CSV.

d) Integração com Active Directory e servidores de virtualização: Integra-se com Active Directory e diversas plataformas de virtualização.

e) Análise Forense: Fornece ferramentas para análise forense de incidentes.

f) Regras por localização e por usuário (Somente console local): Permite a definição de políticas baseadas em localização e usuário na console local.

g) Licenciamento em Bundle: Oferece opções de licenciamento agrupado.

**IV. PROTEÇÃO E QUARENTENA:**

a) Restauração remota de arquivos isolados: Possibilita a restauração remota de arquivos em quarentena.

b) Escaneamento de mídias removíveis: Realiza verificações em dispositivos de mídia removível.

c) Controle de dispositivos USB, Bluetooth, redes sem fio e outros periféricos: Gerencia o acesso a dispositivos e conexões periféricas.

d) Criptografia total de disco (add-on): Disponibiliza criptografia completa de disco como complemento.

e) Gerenciamento de Patch (add-on): Oferece gerenciamento de patches como funcionalidade adicional.

**V. REQUISITOS MÍNIMOS DE COMPATIBILIDADE**

a) Windows 7, 10, 11 (32 e 64 bits): Compatível com estas versões do Windows.

b) Windows Server 2008 R2 ou superior: Suporta versões do Windows Server a partir de 2008 R2.

c) Distribuições Linux como Ubuntu, Red Hat, CentOS, Debian: Compatível com várias distribuições Linux.

d) Plataformas de virtualização como VMware, Hyper-V, Citrix, Oracle VM: Suporta diversas plataformas de virtualização.

**VI. SUPORTE**

a) Suporte técnico especializado 24/7: Oferecer suporte técnico especializado 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.1.2 O objeto possui regime de execução indireta, imediata, mediante requisição da CONTRATANTE, na modalidade de empreitada por preço unitário. Os produtos devem ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da A.F. (Autorização de Fornecimento). Caso a execução não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.

4.2 Trata-se de fornecimento contínuos.

4.3 O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito.

4.4 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.

4.6 Os bens e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.7 Os bens e serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.

4.7.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.9 A quantidade é estimada para consumo anual, portanto, a Administração não está obrigada ao consumo total estimado.

1. **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO.**

5.1 O valor unitário e o valor global com o fornecimento do presente CONTRATO, e a quantidade, são os estabelecidos na tabela a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **MARCA** | **VALOR UNIT.** | **QUANT.****ANUAL ESTIMADA** | **VALOR GLOBAL ESTIMADO** |
| 01 | **Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para fornecimento continuado de 100 (cem) licenças antivírus, mediante requisição, com suporte e com gerenciamento centralizado de endpoints. Validade: 12 meses. |  |  | 100 |  |

* 1. O valor global estimado do CONTRATO é de R$ XXX.

**6 CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO).**

**Recebimento**

* 1. O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e executado nas condições estabelecidas.
	2. No caso de controvérsia sobre a entrega / execução do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.
	3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**Liquidação**

* 1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
		1. O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente realizado e entregue.
	2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
1. a data da emissão;
2. os dados do contrato e do órgão contratante;
3. o período respectivo de execução do contrato;
4. o valor a pagar; e
5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
	1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
	2. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
	3. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
	4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
	5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
	6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**Prazo de pagamento**

* 1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
	2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

**Forma de pagamento**

* 1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.
	2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
		1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
	3. O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.
	4. Não será admitida a antecipação de pagamento.

**7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME ESPECIAL.**

7.1 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial, caso comprove. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

* 1. **Vigência:** O contrato terá como vigência inicial um período de cinco anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente (não necessariamente por igual período) até a vigência máxima de dez anos. A vigência deste contrato terá início em XX de XXX de 2025 e término em XX de XXX de 2030.

8.2 **Renovação:** Nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021 os contratos de serviços contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

8.3 **Índice de atualização / Data base:** A CONTRATANTE observará sempre como base para aplicação do reajuste requerido pela CONTRATADA o índice próprio do mercado, com base no índice acumulado dos últimos 12 meses divulgados no mês da data-base, ***IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo***, ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo. A **data-base** para o reajuste será a data de elaboração do orçamento estimado.

8.4 **Da extinção:** Em conformidade com o artigo 106 da Lei Federal 14.133/2021 a CONTRATANTE terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, observado, ainda, o parágrafo primeiro do mesmo diploma legal.

**9** **CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

9.3 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

9.6 Multa:

9.6.1 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

9.6.2 compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.7 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

9.8 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

9.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.13 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.16 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.18 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos orçamentários, na dotação abaixo discriminada:

1. Dotação: 3.3.90.30.16
2. Ficha: 16.
3. Resumo: MATERIAL DE EXPEDIENTE.

**11. CLÁUSULA ONZE – DOS REQUISITOS MÍNIMOS**

11.1 A falta de conformidade com quaisquer dos requisitos delineados na descrição do objeto resultará em infração contratual, expondo a CONTRATADA a medidas legais cabíveis. A CONTRATADA compromete-se a observar integralmente os requisitos estipulados no objeto, visando assegurar a legitimidade e efetividade do fornecimento previsto neste CONTRATO.

11.2 Quaisquer requisitos de melhoria que sejam disponibilizados pela CONTRATADA na execução do objeto, integrarão o contrato, sem custos adicionais.

1. **CLÁUSULA DOZE – DA MATRIZ DE RISCO.**

12.1 A Matriz de Risco é anexa do processo licitatório e vincula-se a esta contratação, independentemente de transcrição.

1. **CLÁUSULA TREZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO.**

13.1 O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até cinco dias úteis.

**14. CLÁUSULA QUATORZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO.**

14.1 O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio financeiro, quando for o caso, será de até cinco dias úteis.

1. **CLÁUSULA QUINZE – GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

15.1 Não serão exigidas garantias em espécies para assegurar o pleno fornecimento deste CONTRATO.

15.2 A garantia ofertada na proposta não se extingue com a vigência deste Contrato.

1. **CLÁUSULA DEZESSEIS – PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.**

16.1 O prazo mínimo de garantia independente de ser oferecida ou não pelo fornecedor é aquela estabelecida no pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) vigente no país.

16.2 Em sendo oferecida garantia superior ao prazo estabelecido pelo CDC, esta prevalecerá, e não se extinguirá com a vigência deste CONTRATO.

16.3 Em sendo exigida garantia nos termos da Lei 14.133/2021 esta obedecerá ao disposto no artigo 96 e seguintes do mesmo diploma legal, para todos os seus efeitos.

16.4 O objeto deste CONTRATO será realizado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas a ele pertinentes.

16.5 A assistência técnica será prestada pela CONTRATADA cabendo dar toda a assistência para o melhor encaminhamento da demanda, caso necessária.

16.6 A garantia do produto declarada na proposta não se extingue com a vigência deste Contrato.

1. **CLÁUSULA DEZESSETE – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO.**
2. **São obrigações do CONTRATANTE:**
3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o CONTRATO e seus anexos;
4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
5. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
6. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
7. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente CONTRATO;
8. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do CONTRATO;
9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
	1. Concluída a instrução do requerimento por parte do CONTRATADO, a CONTRATANTE terá o prazo de *até cinco dias úteis* para decidir a respeito do requerimento, admitida a prorrogação por igual período.
	2. Notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
	3. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
11. **São obrigações do CONTRATADO**:
	* 1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
		2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
		3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
		4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do CONTRATO ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
		5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
		6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
		7. A licitante deverá disponibilizar o veículo na sede da Câmara Municipal de Extrema, localizada na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, nº 1626, Bairro Ponte Nova, Extrema/MG, CEP 37640-000, no prazo máximo de 48 horas após o recebimento da autorização de fornecimento (A.F.), mediante requisição da Administração.
		8. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento**,** os seguintes documentos:
12. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
13. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
14. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
15. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
16. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
17. As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.
	* 1. Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
			+ 1. Cumprir, durante todo o período de execução do CONTRATO, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando for o caso;
				2. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO;
				3. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;
				4. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste CONTRATO;
				5. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
				6. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
				7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
				8. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
				9. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
				10. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.
				11. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do CONTRATO nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.
18. **CLÁUSULA DEZOITO – DAS CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E A DATA E A TAXA DE CÂMBIO PARA CONVERSÃO, QUANDO FOR O CASO.**
	1. Não se aplica.
19. **CLÁUSULA DEZENOVE – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO.**

19.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

1. **CLÁUSULA VINTE – DA OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ.**

20.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, quando for o caso, em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

1. **CLÁUSULA VINTE E UM – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**
	1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
	2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
	3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
	4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
	5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente~~,~~ o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
	6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
	7. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
	8. O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
		1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
		2. O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
		3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
		4. O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
	9. O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
		1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
	10. O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
		1. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
		2. O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
		3. O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
		4. O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
	11. O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
	12. O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e fiscalizados pela servidora Tamara Martiniuk, designada para esta função como Gestora de Contratos, e fiscalizado pelo servidor Carlos Alberto Claudio; designado como Fiscal de Contratos, ou por qualquer outro servidor que venha a substituí-los, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los de informações pertinentes a esta atribuição.
	13. . Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
	14. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
3. Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;
4. Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
5. Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
6. Prova de regularidade de Débitos da Fazenda Municipal (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
7. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

**22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – DOS CASOS DE EXTINÇÃO.**

22.1 O CONTRATO se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

22.1.1 Em conformidade com o artigo 106 da Lei Federal 14.133/2021 a CONTRATANTE terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, observado, ainda, o parágrafo primeiro do mesmo diploma legal.

22.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o CONTRATO.

22.2.1. Quando a não conclusão do CONTRATO referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

22.3 O CONTRATO pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

22.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o CONTRATO.

22.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

22.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

22.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

22.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

22.4.3 Indenizações e multas.

**23. CLÁUSULA VINTE E QUATRO – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

23.1 Nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, o fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados pela servidora Tamara Martiniuk, designada para esta função como Gestora de Contratos, e fiscalizado pelo servidor Carlos Alberto Claudio designado como Fiscal de Contratos, ou por qualquer outro servidor que venha a substituí-los, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los de informações pertinentes a esta atribuição. Todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento serão registradas em formulários específicos, determinando as providências necessárias para a regularização de faltas ou defeitos observados.

**25. CLÁUSULA VINTE E CINCO – DO PREPOSTO.**

25.1 Nos termos do artigo 118 da Lei nº 14.133/2021 o preposto do CONTRATADO para representá-lo na execução do CONTRATO aceito pela Administração é o Sr. XXX.

**26. CLÁUSULA VINTE E SEIS – DAS ALTERAÇÕES.**

26.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

26.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

26.3 Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

1. **CLÁUSULA VINTE E SETE – DA PUBLICAÇÃO.**
	1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.
2. **CLÁUSULA VINTE E OITO – CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.**
	1. Ficam estabelecidos os seguintes critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento:
3. Em caso de atraso do pagamento imputável exclusivamente à CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à correção monetária a partir do primeiro dia posterior ao termo final do prazo para pagamento. Para a correção monetária será usado o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro oficial que vier a substituí-lo.
4. **CLÁUSULA VINTE E NOVE – DO FORO.**
	1. É eleito o Foro da Comarca de Extrema, Estado de Minas Gerais, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Extrema (MG), XX de XX de 2025.

|  |
| --- |
| ***Signatários*** |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_XXXPresidenteCâmara Municipal de Extrema**CONTRATANTE** | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_XXXXXXXXX**CONTRATADA** |
| ***Testemunhas*** |
| 01.Nome/Assinatura/CPF |
|  |
|  |
| 02.Nome/Assinatura/CPF |
|  |
|  |